

Diário do Legislativo de 17/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB - PT -PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PCdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Morteira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PCdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PCdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrús Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PCdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza
Cruz

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB-PT-PCdoB Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PMDB-PT-PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bráulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reys BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PMDB-PT-PCdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Valadares DEM Presidente

Deputado Djalma Diniz BPS Vice-Presidente

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BPS	Presidente
Deputado	PDT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BSD	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Gil Pereira	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Pimenta	Carlos PDT
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Ângelo	Durval PMDB-PT-PCdoB
Deputado Fabiano	Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATA

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/3/2010

Às 14 horas, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a violação aos direitos humanos de 300 famílias de policiais militares cadastradas no programa "Lares Gerais". A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -; e os Srs. Rivaldo Soares dos Carmo, Gerente de Comercialização da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab-MG -, representando o Presidente, Mauro Sérgio Nery Brito, e Sebastião Navarro Vieira Filho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/3/2010

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em redação final: Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 117, que Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º, ao "caput" do art. 20 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º, ao art. 22 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 4º, ao art. 26-B da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 6º, ao inciso I do § 1º do art. 30-A da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 8º e ao § 6º do art. 4º da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 10, e pela rejeição do veto ao art. 2º, ao inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º, ao art. 5º e ao art. 6º-A da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 12.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/12/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º da Lei nº 16.318 de 11/8/2006, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574, e pela rejeição do veto ao art. 4º da mesma lei, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que

apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.544/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.550/2010, do Deputado Ruy Muniz.

Finalidade: discutir, em audiência pública, com a presença de convidados, os compromissos assumidos durante a reunião realizada em 16/11/2009, no Distrito de Barra do Guaicuí, que teve por objetivo encontrar solução para os problemas que afetam os assentamentos existentes no referido local.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.857/2009, do Governador do Estado; 3.559/2009, do Deputado José Henrique; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.858/2009, do Governador do Estado; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio; 4.037/2009, do Deputado José Henrique; 4.137, 4.145 e 4.146/2010, do Governador do Estado; e 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.252/2009, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.362/2009, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.870/2008, do Deputado Carlos Pimenta; 3.645/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.377/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 4.042/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; e 4.069/2009, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 5.579; 5.580; 5.581 e 5.611/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 5.596/2010, do Deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.516 e 4.050/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o tema "Redes sociais e políticas públicas".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.548/2010, do Deputado Eros Biondini; 5.576 a 5.578/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 5.595/2010, do Deputado Sebastião Costa; 5.603/2010, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 5.613/2010, do Deputado Doutor Rinaldo.

Realização de debate, em audiência pública, sobre os problemas enfrentados pelos servidores estaduais cedidos aos Municípios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.174/2010, do Deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 5.545/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.549/2010, do Deputado Ruy Muniz; e 5.599/2010, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Especial sobre a Arbitragem, a realizar-se às 15 horas do dia 17/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 17/3/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 117, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008; e à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005 e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007; à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84; à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver; à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/12/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006; à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004; à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno; e à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado; e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos

Projetos de Lei nºs 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica; 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; e 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.551/2010, do Deputado Ruy Muniz; 5.552/2010, dos Deputados Gustavo Valadares e Jayro Lessa; 5.546 e 5.583 a 5.594/2010, do Deputado Leonardo Moreira; e 5.612/2010, do Deputado Délio Malheiros; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 475/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar Anjo da Guarda, com sede no Município de Três Corações.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 475/2007 pretende declarar de utilidade pública o Lar Anjo da Guarda, com sede no Município de Três Corações.

Entidade sem fins econômicos, o Lar Anjo da Guarda é destinado a crianças com idade até 6 anos, desprotegidos ou em estado de abandono social, vítimas de violência física e psicológica.

O trabalho desenvolvido pela entidade objetiva a valorização das pessoas, oferecendo-lhes oportunidade, meios e condições para educação de base, habilitação profissional, recreação, arte e melhoria dos padrões culturais.

Por sua atividade de significativa importância, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 475/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.427/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em tela tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Claretiano de Educação e Assistência, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.427/2008 objetiva declarar de utilidade pública o Instituto Claretiano de Educação e Assistência, com sede no Município de Córrego do Bom Jesus, associação civil sem fins lucrativos, de naturezas social, cultural, educacional, que tem como finalidade promover o desenvolvimento da população jovem do Município.

Na consecução de suas metas, atua na promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais, além de fomentar projetos que aprimoram o potencial das crianças e dos adolescentes, buscando prepará-los para o mercado de trabalho.

Diante da importância das atividades desenvolvidas, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.427/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.870/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Narcisa das Chagas Pacheco, de ensino fundamental, à Escola Estadual de Sambaíba, localizada no Município de Januária.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.870/2008 tem por finalidade dar a denominação de Escola Estadual Narcisa das Chagas Pacheco à Escola Estadual de Sambaíba, de ensino fundamental, localizada no Distrito de Brejo do Amparo, no Município de Januária.

Natural de Januária, Narcisa das Chagas Pacheco nasceu em 1915 e iniciou seus trabalhos como educadora aos 18 anos de idade, na localidade de Serragem, transferindo-se, posteriormente, para Buriti do Meio. Após sua aposentadoria, em 1966, como professora municipal na Escola Estadual de Sambaíba, trabalhou como catequista em todos os lugares em que serviu como educadora, até completar 80 anos de vida, quando encerrou sua participação na vida comunitária.

Por ter sido um exemplo de cidadã e em reconhecimento ao seu trabalho, acreditamos ser meritória e oportuna a homenagem que o projeto de lei em análise pretende prestar-lhe.

Esclarecemos que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, apenas acrescenta ao art. 1º o sobrenome "Santos", para a correta identificação da homenageada.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.870/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.377/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Dimas Fabiano, o Projeto de Lei nº 3.377/2009 visa declarar de utilidade pública a instituição denominada Moto Clube Terroristas do Asfalto, com sede no Município de Campo Belo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.377/2009 pretende declarar de utilidade pública a instituição denominada Moto Clube Terroristas do Asfalto, com sede no Município de Campo Belo, que tem como objetivo a promoção e o aprimoramento da prática do motociclismo.

Inicialmente, cabe esclarecer que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por fim alterar o nome da entidade, que, a partir da assembleia geral de 30/9/2009, passou a denominar-se Moto Clube Campo Belo.

Passando à análise de mérito da proposição, ressaltamos que a entidade, na consecução de seus propósitos, promove atividades de lazer ligadas ao motociclismo, tais como viagens, encontros, reuniões e "shows"; competições de caráter esportivo, cívico, social e educativo; cursos de técnica de pilotagem e mecânica. Com esse trabalho, envida esforços para consolidar uma imagem positiva do motociclista no trânsito.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.377/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.516/2009

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios da Campanha, com sede no Município de Campanha.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.516/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios da Campanha, com sede no Município de Campanha, que tem como finalidade defender perante os poderes públicos os direitos, os interesses e os assuntos que digam respeito às classes empresariais.

Além de propor soluções e orientar debates na busca da resolução dos problemas socioeconômicos de âmbito municipal, a entidade procura divulgar o turismo, os gêneros agrícolas ali produzidos, bem como promover a união e solidariedade entre os associados e associações de classe do País e do exterior.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.516/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Fábio Avelar, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.645/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Centro de Educação e Saúde – CES –, com sede no Município de Contagem.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.645/2009 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Educação e Saúde – CES –, com sede no Município de Contagem, que possui como objetivo desenvolver atividades nos setores de educação e saúde.

Na consecução de seu propósito, oferece às comunidades subsídios para desenvolvimento e aperfeiçoamento em suas demandas nas áreas mencionadas, de acordo com as normas e diretrizes emanadas dos Ministérios da Educação e da Saúde, dos Conselhos Federais, Estaduais e Municipais de Educação e Saúde, além das Secretarias Municipais de Educação de Contagem e outros Municípios da região.

A fim de cumprir suas finalidades, a associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelos respectivos regimentos internos ou estatutos sociais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.645/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Deiró Marra, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.042/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Betim Futebol Clube, com sede no Município de Betim.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.042/2009 pretende declarar de utilidade pública o Betim Futebol Clube, com sede no Município de Betim, entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade reunir, planejar e executar projetos nas áreas de esporte, cultura, saúde, lazer, ação social e educação.

É relevante mencionar que a referida entidade prioriza a prática do esporte, principalmente o futebol, em estrita observância das leis e dos regulamentos em vigor; promove competições e festividades para integrar seus associados na comunidade em que se inserem e na região.

Considerando que a prática desportiva é caminho saudável e legítimo para a consolidação da cidadania, acreditamos que o Betim Futebol Clube faz jus ao título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.042/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.050/2009

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de São Sebastião do Paraíso, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.050/2009 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de São Sebastião do Paraíso, com sede nesse Município. Entidade civil sem fins lucrativos, foi fundada em 1958 e tem como objetivo principal a defesa dos interesses das classes empresariais perante o poder público.

No cumprimento de seus objetivos programáticos, atua na condição de agente de fomento, em especial a empresas de pequeno porte, com a concessão de microcrédito para novos empreendimentos e a promoção e divulgação dos produtos e serviços, bem como das atividades turísticas e econômicas da cidade e região, propondo alternativas para as questões socioeconômicas.

Diante dessas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.050/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Fábio Avelar, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.069/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de escola estadual Maria Zeli Diniz Fonseca à escola estadual localizada no Município de Nova Serrana.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.069/2009 tem por escopo dar a denominação de escola estadual Maria Zeli Diniz Fonseca à escola estadual localizada na Av. Coronel Pacífico Pinto, no Município de Nova Serrana.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, o qual, em reunião realizada no dia 22/9/2009, homologou, pela unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do nome de Maria Zeli Diniz Fonseca para denominar a referida unidade de ensino.

A homenageada nasceu em 1919, em Itapecerica, e teve sua vida marcada pelo comprometimento com as necessidades sociais e educacionais da comunidade. Como cidadã atuante, doou um terreno para a construção de prédio destinado ao funcionamento da Fundação Fausto Pinto da Fonseca, instituição que mantém a Faculdade de Nova Serrana, que muito contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da localidade.

Em reconhecimento ao seu trabalho, é justo lhe seja prestada homenagem duradoura pelo empréstimo de seu nome para denominar o referido bem público.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.069/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.096/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores de Mandassaia II, com sede no Município de Josenópolis.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.096/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores de Mandassaia II, com sede no Município de Josenópolis, entidade sem fins econômicos que desenvolve importantes trabalhos na área social.

Na consecução de seu propósito, a instituição promove ações de assistência social, objetivando o atendimento dos sócios e da coletividade; realiza obras e melhoramentos na comunidade; busca recursos materiais e humanos para a execução de atividades de interesse comunitário; representa, junto aos órgãos públicos e privados, as necessidades e opiniões da comunidade, promove ações de combate à fome, à pobreza e ao analfabetismo.

Isso posto, acreditamos ser a entidade merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.096/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.098/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santo Hipólito.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.098/2009 pretende declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santo Hipólito, que possui como finalidade desenvolver atividades assistenciais e de promoção humana, voltadas especialmente às pessoas idosas residentes na localidade.

Na consecução de seu propósito, a instituição mantém estabelecimento destinado a abrigar os idosos, proporcionando-lhes assistência material, moral e intelectual, visando à prevenção de sua saúde física e mental; presta atendimento gratuito aos moradores reconhecidamente pobres, trabalhando para valorizar o indivíduo e a comunidade.

Para subsidiar suas iniciativas, a entidade recebe o auxílio dos Conselhos Particulares e das Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo da localidade onde está situada.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º, possui como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.098/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.160/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Piscicultores de Capitólio - APC -, com sede no Município de Capitólio.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.160/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Piscicultores de Capitólio - APC -, com sede no Município de Capitólio, que possui como finalidade o desenvolvimento da piscicultura dessa comunidade, bem como a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Com esse propósito, desenvolve a criação de peixes no sistema intensivo; fomenta várias iniciativas ligadas à piscicultura; assiste os piscicultores através de convênios com empresas especializadas; desenvolve programas visando à proteção e à recuperação do meio ambiente, além de prestar assistência às pessoas portadoras de necessidades especiais, buscando sua integração no mercado de trabalho, com ênfase na piscicultura.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.160/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.174/2010

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Folclórica Arraial do Fújó, com sede no Município de Sabará.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.174/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Folclórica Arraial do Fújó, com sede no Município de Sabará, a qual possui como finalidade desenvolver atividades culturais, sociais e esportivas. Na consecução de seus propósitos, divulga o folclore brasileiro e incentiva a realização das festas juninas. Dessa maneira, a entidade busca preservar a cultura popular do País, estimulando a melhor convivência entre os seus associados e a comunidade, contribuindo para o seu aprimoramento intelectual e cultural. Além do mais, promove diversas modalidades de esporte, voltadas sobretudo para os jovens.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.174/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Paulo Guedes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.195/2010

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Centro de Recuperação Álcool e Drogas Desafio Vida Nova, com sede no Município de São Lourenço.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.195/2010 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Recuperação Álcool e Drogas Desafio Vida Nova, com sede no Município de São Lourenço, que tem como finalidade precípua promover o combate à dependência química, bem como capacitar recursos humanos para o atendimento assistencial e educacional das pessoas dependentes.

Realiza, também, importante trabalho de esclarecimento da sociedade e dos familiares sobre a conduta que se deve adotar com as pessoas viciadas, o que é feito, principalmente, por meio de publicações, palestras e reuniões que objetivam a prevenção de qualquer forma de dependência química.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.195/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de março de 2010.

Doutor Rinaldo Valério, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução Nº 2.416/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 2.416/2008, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE Resolução Nº 2.416/2008

Ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte do setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei nº 4.529, de 31 de março de 2005.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/3/2010

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, venho à tribuna para fazer um breve comentário a respeito da magnífica festa cívica da qual participamos, que foi a inauguração, pelo Governador Aécio Neves, do novo centro administrativo denominado Presidente Tancredo Neves.

Assistimos, meu caro Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, com muito interesse a esse evento, que, sem dúvida alguma, tem um grande significado para Belo Horizonte e para Minas Gerais.

Trata-se de uma obra grandiosa e belíssima do ponto de vista arquitetônico e que tem uma projeção social enorme, uma vez que foi construída em uma das regiões mais pobres da Capital mineira, numa demonstração de sensibilidade por parte do Governador Aécio Neves, desejo em tornar aquela região pobre, pouco desenvolvida e carente, um polo de desenvolvimento que, sem dúvida nenhuma, num curto espaço de tempo, mudará o panorama da região e a perspectiva do povo que ali reside. Numa demonstração também de grande competência administrativa, o Governador Aécio Neves teve a iniciativa de construir a Linha Verde, linha expressa que liga o Centro de Belo Horizonte ao Aeroporto de Confins, e ainda, já há algum tempo, também num ato de coragem e de extrema competência, de transferir todo o tráfego aéreo da Pampulha, em Belo Horizonte, para o Aeroporto de Confins.

Naturalmente essas iniciativas administrativas tendem a dar outra condição a Belo Horizonte, cidade grande e populosa, com dificuldades de toda a ordem, principalmente de trânsito no Centro e na periferia, especialmente deste lado daqui. Talvez essas iniciativas possam trazer conforto muito maior para a população que reside em Belo Horizonte. Além disso, conforme disse, sem dúvida nenhuma, devem abrir uma perspectiva para a grande população da região Norte da Capital mineira.

Meu caro Presidente e Deputados, mais que uma simples inauguração de um grande centro administrativo que honra Minas Gerais, a tradição mineira, a história e a trajetória de Belo Horizonte, vimos ali um ato de enorme emoção e beleza. Naquele momento, ou seja, naquele evento, podíamos rever a história recente do País nos seus momentos talvez mais importantes e inesquecíveis. Como dizia, além da inauguração dessa obra magnífica, o Governador Aécio conseguiu concentrar ali um pouco da nossa história e trazer à memória de Minas Gerais e do Brasil fatos importantes que ocorreram há aproximadamente 25 anos e que não serão esquecidos de maneira alguma, pois naturalmente serão fortemente lembrados, transformando aquilo num evento extremamente grandioso e que faz jus ao grande governo que Aécio Neves está praticamente encerrando no Estado.

Sr. Presidente, como já decantado aqui por inúmeros oradores nestes últimos dias, trata-se de uma obra magnífica, belíssima, e que tem grande funcionalidade. Na verdade, é um centro que acomodará aproximadamente 16 mil funcionários de Minas Gerais, trazendo-lhes conforto, condições boas de trabalho, dignidade e facilidade de locomoção. É uma obra que se espelha em racionalidade quanto ao uso da energia elétrica, utilizando muito o sol e a água da chuva, com espaços grandiosos no seu interior, trazendo facilidades não só para os que ali trabalham, mas também para os que vão em busca de auxílios no serviço público e de exercer o seu trabalho no centro administrativo.

Além dessa questão administrativa, que é muito marcante, há um fato simbólico, importante de certa maneira, como foi dito ali - já concederei aparte ao prezado Deputado Dalmo Ribeiro Silva -, porque, todos sabemos, esse grande arquiteto brasileiro - que é referência mundial, é um dos maiores arquitetos contemporâneos não só do Brasil - começou a arquitetar suas obras em Belo Horizonte. Aqui, a Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha, foi o marco do que seria a sua belíssima carreira. Ele, de certa maneira em fase final de seus trabalhos, entrega ao povo de Minas Gerais, de Belo Horizonte, esse centro administrativo, que é extremamente marcante para ele. Ele mesmo afirmou: "Belo Horizonte significa muito para mim, porque aqui, de certa maneira, comecei minha carreira e agora a estou encerrando com obras desse porte e quilate".

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Parabéns V. Exa. neste momento, em que traz para o seio do nosso Parlamento essa reflexão e particularmente o extraordinário momento que Minas viveu no dia 4 próximo passado. Sem dúvida alguma, Minas Gerais, por que não dizer?, transformou-se politicamente na Capital do País. Senadores, Governadores, Deputados Federais de vários Estados e representantes de várias instituições estavam presentes; um rol de primeiríssimo quilate na política brasileira, o que para nós, com certeza, na palavra de nosso Governador, ao entregar oficialmente a Cidade Administrativa, ratificou seu compromisso pela governabilidade de Minas Gerais. E não é só isso, caríssimo Deputado Carlos Mosconi: todos os Municípios fizeram-se presentes, acompanhando muito de perto essa obra extraordinária de Oscar Niemeyer a que V. Exa. faz referência, construída efetivamente com recursos do governo do Estado e muito bem gerenciada pela Codemig.

Sem dúvida alguma, quero associar-me às suas palavras por este momento que vivemos. Somente quem esteve lá, como Fafá de Belém e Milton Nascimento, participou de tantas emoções e relembrou a trajetória extraordinária de Tancredo Neves, que completaria 100 anos.

Além disso, estamos oferecendo hoje a todos os funcionários do governo um novo espaço. E isso é verdade também pelas declarações dos servidores que lá trabalham. Ontem mesmo os ouvimos manifestar sua enorme satisfação de estar em um ambiente agradável, com todo o equipamento, computadores, com um telefone para cada um, dispo de praticidade e funcionalidade, principalmente para atender a toda a população de Minas. Parabéns, Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi - Agradeço muito o aparte de V. Exa., caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Gostaria de chamar a atenção para um aspecto emocional da inauguração: acho que o mais bonito da história, além de tudo o que lá vimos - a presença do mundo político brasileiro inteiro, de todos os Prefeitos de Minas Gerais, Vereadores das cidades mineiras, lideranças de toda parte -, o que mais chamou a atenção foi exatamente a emoção com que a cerimônia transcorreu. Causou, caros Deputados e Presidente, uma profunda comoção em toda a plateia o Hino Nacional cantado pela Fafá de Belém, grande cantora brasileira. Ela se notabilizou com esse canto durante a campanha das diretas, transformando o Hino Nacional em um hino enormemente popular, porque os grandes comícios das diretas, que foram os maiores já realizados no Brasil até hoje, se iniciavam exatamente com a sua voz. Fafá de Belém comovia o povo com uma interpretação simplesmente espetacular, exatamente como fez na semana passada. Depois, caro Presidente, não bastasse isso, assistimos a Milton Nascimento, grande cantor mineiro, uma das melhores vozes que o País já conheceu. Ele relembrou também, com sua música "Coração de estudante", os tempos magníficos, inesquecíveis da campanha das diretas, da eleição de Tancredo no colégio eleitoral. As imagens mostravam, de forma muito clara, aquele tempo e aqueles momentos que tive até a oportunidade e a honra de viver no Congresso Nacional.

Portanto, foi um momento de enorme emoção. Quero ressaltar a sensibilidade do Governador Aécio Neves em colocar nesse centro administrativo o nome desse grande mineiro, desse grande brasileiro Presidente Tancredo Neves. Todos nós o conhecemos e sabemos da sua trajetória, mas agora seu nome fica marcado indelevelmente em uma obra perene. Todos os mineiros das futuras gerações terão oportunidade de saber quem foi Tancredo Neves. Esse grande político mineiro, que muitos consideram um dos maiores políticos da história brasileira de todos os tempos, com o que concordamos plenamente.

O Dr. Tancredo Neves teve uma carreira política muito difícil, cheia de percalços, mas sempre se mostrou sereno, coerente e firme em suas posições, tendo sua lealdade, coragem e sensibilidade como fatos marcantes de sua carreira. Quando o Presidente Getúlio Vargas estava em situação política extremamente debilitada, prestes a renunciar ao governo, seu Ministro da Justiça, Tancredo Neves, foi um dos poucos, se não o único, a pedir que resistisse e a ficar a seu lado até o fim. Por essa razão, recebeu do Presidente Vargas a carta-testamento e a caneta com que a escreveu.

A vida foi dando suas voltas e, quando da renúncia de Jânio Quadros, Tancredo Neves foi chamado pelas lideranças políticas do País para intervir naquela situação emergencial grave, a fim de que o País não entrasse em guerra civil. Ele conseguiu, com muita habilidade, inteligência e perspicácia, levar o País para o parlamentarismo, evitando uma situação mais delicada e grave, que colocava em risco a integridade da população brasileira.

Depois disso, o Brasil saiu da crise, veio o Presidente João Goulart e a revolução. No episódio do início da revolução, praticamente o Congresso inteiro, mesmo aqueles que deveriam fazer oposição ao novo regime e deveriam votar contra a situação, elegeram o Marechal Castelo Branco como Presidente da República. Apenas dois parlamentares votaram contra, sendo um deles o Deputado Federal Tancredo Neves, que manifestou sua coerência, sua coragem e sua lealdade aos companheiros correligionários, com quem tinha trabalhado durante o período que antecedeu a revolução.

Então, esperou pacificamente o tempo passar, com toda a sua serenidade e fazendo seu trabalho como Deputado Federal. Naquele tempo, vivia no ostracismo, mas fazia um trabalho incansável na sua terra, na sua região, no seu Estado, promovendo as articulações políticas que facilitariam sua eleição para Governador do Estado de Minas Gerais futuramente. Ele teve uma estupenda votação em uma eleição difícil, mas que foi um grande passo para a derrubada do regime militar no País.

Em seguida, houve a célebre campanha pelas eleições diretas, talvez o movimento cívico mais forte e contundente que este país já teve. Lamentavelmente, foi derrotada no Congresso Nacional - e eu ali me encontrava - por 22 votos apenas. Depois dessa derrota, que todos sentimos tanto, iniciou-se a articulação para Tancredo Neves ser o candidato da oposição à ditadura no colégio eleitoral. Ele precisou articular isso com a maior competência e sensibilidade, com muito cuidado, e levou o seu projeto até o final, culminando na sua retumbante vitória. Antes, teve que vencer o grande líder Ulisses Guimarães, também do PMDB, que queria disputar a possibilidade de ser Presidente. Depois derrotou, no colégio eleitoral, o ex-Governador de São Paulo Paulo Maluf.

Essa eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral significou a queda do regime militar no País.

Já termino, Sr. Presidente. Lamentavelmente para todos nós, ele não conseguiu assumir a Presidência da República, mas encerrou a sua carreira da forma mais brilhante possível, derrubando a ditadura sem que um tiro sequer fosse dado no País. Assim, a vida de Tancredo Neves é exemplo para todos nós, e felizmente o Governador Aécio Neves teve a grandeza de colocar o seu nome no Centro Administrativo, para que, no futuro, a população mineira e brasileira saiba quem foi o grande Presidente Tancredo Neves. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo a tribuna para comunicar que o Governador Aécio Neves deve ir a Teófilo Otôni ainda neste mês para tratar de um assunto muito relevante, que venho debatendo há tempos e pelo qual lutei praticamente por toda a minha vida pública. Refiro-me à decisão tomada pelo Governador, com base em entendimento que tivemos há mais de um ano, de que a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Otôni se torne realidade.

Faltam apenas quatro meses para vencer o prazo da lei que determina que a instalação seja configurada. Há cerca de um ano, o Governador do Estado decidiu - e as negociações andam a bom termo na Secretaria de Desenvolvimento - que a ZPE passará ter o controle do Estado de Minas Gerais, que vai comprar 51% das ações da Zepex, empresa controladora da ZPE. Essa solução, caro Presidente e Srs. Deputados, é a única. E não haveria solução se não tivéssemos trabalhado junto ao governo para que ele assumisse o controle da empresa que controla a ZPE. Na verdade, na legislação que cria a ZPE diz-se de forma clara que o controle tem de ser de empresa particular - ou empresa de governo, como é o caso. Numa primeira fase, quando demos início a esse trabalho, ainda em 1985, o que era apenas uma ideia se transformou em projeto de lei e, em seguida, em lei. No governo Itamar Franco, o decreto de autorização para que Teófilo Otôni fosse aquinhoadado com a ZPE foi assinado. À época, como Deputado Federal, recebi esse decreto das mãos de Itamar. No entanto, o governo Fernando Henrique Cardoso destituiu o Conselho Nacional das ZPEs, o que inviabilizou a implantação da empresa.

Ao longo do caminho, retomamos o trabalho. Aproveito para agradecer publicamente ao ex-Governador Eduardo Azeredo, que comprou ações, por meio da MGI, para viabilizar a instalação da alfândega e do prédio administrativo da ZPE, que lá estão até hoje, construídos com recursos do governo do Estado. Com essa ação do governo Fernando Henrique, a legislação ficou superada e, embora não se invalidasse a lei que determinou a criação das ZPEs no Brasil, havia necessidade de se criar nova legislação, complementar, até porque nos 15 ou 20 anos que se passaram a realidade do mundo mudou. Assim, desafiado por mim a tornar-se Deputado Federal, nosso Vice-Prefeito Ademir Camilo lançou sua candidatura e se elegeu de fato. Como Deputado Federal, ele refez toda a legislação e conseguiu que ela passasse na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

O Presidente Lula vetou parte do projeto. Em solenidade realizada no Palácio da Artes, em Belo Horizonte, negociamos com o Presidente Lula e

com o Governador Aécio Neves uma forma para que a ZPE se transformasse em realidade. De lá para cá, as "démarches" foram atrasando o processo. Muito preocupados com isso, procuramos o Governador. Num primeiro momento, houve reação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que achava que ZPE não era mais interessante, pois a legislação permitia exportação sem tributos e isso era realmente desnecessário. Depois da apuração dos fatos, da verificação do funcionamento da Zona Franca de Manaus e dos poços secos e das vantagens para o País e para os locais onde se instalam essas zonas de exportação e esses poços secos, o próprio governo reconheceu a necessidade de participar desse processo e fazer com que fosse adiante. Tínhamos impedimento muito forte: a Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Ottoni era comandada por um cidadão que levou a empresa à falência, a ZPEC. O processo de endividamento com o BDMG e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - foi da ordem de R\$13.000.000,00.

Nossa proposta ao Governador foi que o governo comprasse 51% das ações, a fim de quitar o débito existente da ZPEC para que funcione, porque nosso prazo está correndo e faltam somente quatro meses. Conseguimos! O Governador e o Secretário de Desenvolvimento Econômico aceitaram a proposta, a análise foi feita, a documentação foi colocada em ordem, a Câmara Municipal atendeu ao meu apelo, apesar de não querer votar a lei de concessão para transferência da ZPEC de área desapropriada pela Prefeitura. Tudo isso foi feito. Finalmente, ainda neste mês, o Governador e o Secretário de Desenvolvimento Econômico agendarão data para ir a Teófilo Ottoni para assinar o documento de transferência do controle acionário da ZPE para nosso Estado.

Se, da primeira feita, tivemos as obras da parte administrativa e alfandegária realizadas pelo Governador Eduardo Azeredo, agora teremos as outras obras e a complementação dos trabalhos, a documentação e tudo para início de operação da Zona de Processamento de Exportação pelo governo do Estado, em função da decisão do Governador Aécio Neves de ir a Teófilo Ottoni e assinar esse documento. Mais importante ainda é o fato de que, na mesma data, o Governador anunciará a construção do centro de convenções da nossa cidade, com investimentos da ordem de R\$15.000.000,00. Então são duas atividades importantes que o Governador desempenhará em Teófilo Ottoni nessa visita que fará nos próximos dias. Estamos muito satisfeitos por representar bem nossa cidade e ter participado de todos os entendimentos e procedimentos. Agradeço aos Deputados que estiveram ontem em Salinas, entre eles o Deputado Marcus Pestana, aqui presente, que discutiram com as autoridades a não aceitação da construção de mineroduto pelo Consórcio Novo Horizonte, que se formou para explorar minério de ferro na região. Todas as autoridades presentes em Salinas demonstraram, de forma clara, que as jazidas minerais existentes saltam para 20.000.000.000t, o que equivale a todo o potencial do Quadrilátero Ferrífero. Estou trabalhando e conversando com os Prefeitos, e parece que vingou nossa tese de não aceitar o mineroduto e exigir que se passe estrada de ferro por aquela região.

Alguns me perguntam por que sugerimos a construção de estrada de ferro dentro do território mineiro em vez de acatar a sugestão do governo federal de ligar a estrada de ferro na futura, planejada e projetada estrada que ligaria Ilhéus ao Peru. O projeto ainda não está pronto, não há 1 metro de trilho.

E já sabemos muito bem que há necessidade de implantação um pouco mais rápida dessa ferrovia.

Em 2007, meu primeiro discurso aqui foi em defesa da reconstrução da Estrada de Ferro Bahia-Minas, porque já há um leito formado e a terraplanagem está pronta. Esse antigo leito hoje pertence às Prefeituras de Minas e da Bahia, e já conversamos com todos os Prefeitos dos dois Estados, que estão dispostos a doá-lo, o que representa praticamente 60% do custo da ferrovia. Para se implantar uma ferrovia pioneira, além do tempo da terraplanagem, claro que terá de haver a adaptação do trecho, com alguns serviços. Na própria reportagem, os empresários de Salinas falam das dificuldades para transportar os insumos e levar o minério - está escrito no jornal da Assembleia.

A necessidade é de uma certa urgência. Imaginem, senhores e senhoras, o tempo que seria economizado usando-se o antigo leito da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que partia de Ponta de Areia e Caravelas para chegar a Araçuaí, no "interiorzão", no "miolão" do Vale do Jequitinhonha. Próximo, um ramalzinho para Salinas e um para Grão-Mogol, que podiam abranger e atender a Cia. Brasileira de Lítio, que opera em Araçuaí; a Grafite de Pedra Azul e de Salto da Divisa; o calcário de Poté; o caulim de Padre Paraíso e de Icarai. O minério de ferro já existe em excelente qualidade também na região de Malacacheta.

Uma estrada de ferro preconizada por nós, com a retomada da ideia de aproveitar o antigo leito da Bahia-Minas, seria altamente interessante para o governo de Minas, sobretudo porque essa estrada foi erradicada na época da ditadura com base num decreto que mandava erradicar ramais deficitários. E ela não era um ramal, era uma estrada completa. Foi construída por Teófilo Benedito Ottoni, pelas mãos do Eng. Antônio Dave Argolo, e posteriormente mudou de dono e acabou virando patrimônio do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. A documentação está lá. O Banco era o proprietário da estrada de ferro. O governo militar passou por cima disso tudo, incorporou isso ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal sem nenhuma reação do governo de Minas na época da ditadura.

Está na hora de repensarmos: a estrada era realmente de bitola estreita, tratava-se de uma maria-fumaça, mas, na reta final, nos últimos cinco anos de operação, até 1967, ela já funcionava com máquinas a "diesel". A minha preocupação é estarmos lutando pelo que é mais difícil quando se pode lutar pelo que é mais fácil. Temos como fazer, e há um estudo, que venho acompanhando, que mostra que as ferrovias brasileiras têm uma média de quilometragem de 26km/hora. Naquele leito antigo dá perfeitamente para andar nessa média brasileira e, pioneiramente, ampliar as possibilidades, pelo fato de ele adentrar todo território, cortar o miolo do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha, possibilitando uma chegada mais fácil a Montes Claros, Unai e Brasília. Posteriormente, que as pessoas pudessem fazer desvios aqui e ali.

Uma informação importante é que o leito está lá, é de propriedade das Prefeituras, e os Prefeitos da Bahia e de Minas Gerais se dispuseram a doá-lo. Existem apenas duas interseções que foram utilizadas no leito da antiga estrada de ferro: uma num povoado do Município de Araçuaí - apenas uma parte de um pequeno prédio de uma escola estadual, que pode ser tranquilamente refeito e que valerá hoje, pelo que vi em Alfredo Graça, em torno de R\$600.000,00 -, a transferência desse prédio para outro lugar; e duas casas próximas a Ladainha. São as únicas interrupções existentes no antigo leito da Estrada de Ferro Bahia-Minas, porque os Prefeitos preservaram os leitos.

Alguns questionam que a estrada de ferro passará dentro da cidade. Temos problema com a estrada de ferro do Horto; gastarão uma fortuna para tirar esse ramal. O que é que tem?

Lembro-me de que fui passar umas férias em Santos, no apartamento lindo de um amigo, e perguntei-lhe quanto ele havia pago pelo apartamento. Ele me falou e tomei um susto, por ser tão barato.

Às 2 horas da manhã, descobri por que era barato: o trem passava no pé do edifício. Se há essas realidades no Brasil inteiro, por que não se buscar a implantação de uma ferrovia pioneira para que, posteriormente, se faça outra, ou se faça outro traçado ou a transposição das cidades de outra forma, mas objetivando antecipar e acelerar essa questão? As nossas jazidas já estão identificadas lá. As empresas gastaram mais de US\$10.000.000,00 em pesquisa. Está tudo pesquisado, quantificado e pronto para começar a exploração em 2011. Deveríamos também antecipar os projetos no âmbito de governo, a fim de obter resultados mais rápidos para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Sr. Presidente, meu tempo está esgotado, mas gostaria de rematar dizendo o seguinte: se não quisermos antecipar o futuro, temos de deixar de lado essas ideias. Deixar isso para 2014, 2015. Mas o governo do Estado está determinado. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico já assumiu que não pode permitir mineroduto, que vai subsidiar, que vai entrar, e que o governo de Minas não faltará com isso. Portanto, é muito importante, Dr. Marcus Pestana, que esse assunto continue a ser discutido, apesar de se falar que é difícil imaginar a exploração e a transformação do minério na própria região. Há naquela região 250.000ha de eucaliptos plantados apenas num pacote, fora os que estão sendo

plantados. Então temos carvão em abundância. Podemos fazer fornos de ferro-gusa em quase todas as cidades da região e também a nossa siderúrgica na ZPE de Teófilo Ottoni. Aliás, o Governador vai assinar esse documento lá. Com essa assinatura, tenho certeza de que o Estado de Minas operará a ZPE, sim. Falar então em siderurgia não vai virar bravata do Ruy Muniz, pois a ZPE de Teófilo Ottoni possui condições de abrigar a siderúrgica que será implantada nessa região. Naturalmente a siderúrgica viverá do ferro-gusa que podemos produzir.

Voltarei a esse assunto, Sr. Presidente, pelo art. 70, pois ele é extenso e importante. Um abraço.

O Deputado André Quintão* - Presidente Doutor Viana, Deputados, Deputadas, estudantes que acompanham os trabalhos da Assembleia, telespectadores que nos acompanham pela nossa TV, boa-tarde. Nesta semana comemoramos o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Nessas comemorações, são muito comuns discursos, eventos e elogios. De fato, essa é uma data especial e importante, pois marca gestos de resistência, auto-organização, violência; enfim, toda a trajetória de luta das mulheres pela afirmação de seus direitos. É fundamental que os poderes públicos, principalmente, e a sociedade compreendam essa data não de maneira ritual, rotineira, mas com ações e medidas práticas. Como Deputado desta Casa, venho a esta tribuna para mencionar algumas iniciativas, que considero pertinentes, relevantes e urgentes, e que estão ao nosso alcance na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Há hoje no Brasil um debate e algumas medidas jurídicas para ampliar a licença-maternidade de 120 para 180 dias.

O Presidente Lula aprovou uma legislação, com compensação fiscal, para as empresas privadas nesse sentido. No País, 129 Municípios já têm legislação que prevê a extensão desse benefício. Temos 19 Estados que assim também o fazem; além disso, tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição com o mesmo objetivo, o de universalizar a expansão da licença-maternidade.

Aqui na Assembleia ocorreu uma iniciativa de projeto de lei complementar da nossa combativa bancada feminina, que cumprimento neste momento, e do Deputado Doutor Rinaldo. Parece-me que, por uma questão de legalidade, a forma apresentada não prosperou. Assim, atendendo à solicitação de vários sindicatos, da Sociedade Brasileira de Pediatria, que encampa essa medida no plano nacional, e também baseados em nossa experiência como Coordenador da Frente Parlamentar da Criança, apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/09, que amplia para 180 dias a licença-maternidade para todas as servidoras públicas dos três Poderes do Estado. É uma forma, portanto, que busca garantir na própria Constituição do Estado esse direito. Já foi designada uma comissão especial para analisar a PEC. Ocupo hoje esta tribuna para solicitar a todos os Deputados que compõem essa comissão, particularmente o Presidente e o relator, Deputados Fahim Sawan e Carlos Mosconi, muito comprometidos com essa causa, que agilizemos a tramitação dessa PEC, uma vez que, com o parecer favorável, ela já estaria pronta para vir ao Plenário e ser votada. Não acredito que exista aqui nesta Casa alguma Deputada ou algum Deputado que venha a manifestar-se contrariamente a essa proposta, que, por iniciativa deste Legislativo, já é válida aqui nesta Casa.

Por que essa ampliação? Sabemos que a primeira infância e particularmente os primeiros meses de vida são fundamentais na construção do vínculo afetivo entre mãe e filho, o que tem uma repercussão na formação e na nutrição da criança. Sabemos também da importância da amamentação nessa etapa da vida e de uma maior disponibilidade e tranquilidade das mães para fortalecerem tanto a parte nutricional quanto a afetiva na construção desse vínculo.

Estudos já comprovam o êxito dessa importante medida. Cada um de nós, com conhecimento de vida próprio, sabe da importância da presença materna e paterna no desenvolvimento da criança, principalmente nessa etapa inicial de vida. Esse é o motivo de termos apresentado essa PEC, que facilmente poderá, num planejamento de recursos humanos, ser absorvida pelos Poderes e, particularmente, pelo governo estadual.

É muito importante que o mundo do trabalho respeite as questões de gênero. Sabemos que a partir do momento em que a mulher conquista o seu espaço profissional, novas demandas civilizatórias são exigidas e não podem ser impeditivas para que a mulher brasileira se faça cada vez mais presente, com competência e dignidade, no mundo do trabalho. Daí a importância de essa PEC ser aprovada nesta Assembleia.

Dessa forma, garantiríamos a ampliação da licença-maternidade às servidoras públicas estaduais e também fortaleceríamos a luta para que essa PEC seja universalizada e, no âmbito nacional, alcance o público-privado e seja também aprovada no Congresso. Assim, repercutiria em nosso Estado com força de lei inconstitucional para as demais trabalhadoras em nosso país, principalmente aquelas de baixa renda, que tanto lutam pela sobrevivência e que, muitas vezes, são chefes de família. Portanto, gostaria de apresentar aqui, de maneira bem objetiva, um caminho concreto, da Assembleia Legislativa, neste mês de março, época em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher: práticas efetivas, com atitude, mostrando, assim, o compromisso desta Casa.

Sr. Presidente, esse é apenas um dos aspectos que queremos abordar. Também há outros que merecem destaque. Nós, que acompanhamos e tanto lutamos pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb -, consideramos também muito importante a universalização do acesso ao ensino infantil - de 0 a 6 anos; à creche - de 0 a 3 anos; e à pré-escola - de 4 a 6 anos. Sabemos que o ingresso da criança, mais cedo, nos espaços da educação contribuem para um desenvolvimento sociocognitivo com mais qualidade, desenvoltura e com consequências positivas na progressão escolar de cada criança. Assim, além do aspecto educacional já comprovado, temos um subproduto tão importante quanto. Trata-se da tranquilidade das mães, que assim poderão também se dedicar ao mundo do trabalho enquanto as crianças estão na pré-escola ou na creche. Infelizmente, hoje, o acesso ao ensino infantil é quase reserva de mercado de filhos e filhas de pais ricos e de classe média alta ou, nos meios populares, usado como estratégia de resistência das associações comunitárias que fundaram as creches comunitárias e filantrópicas.

Portanto, conscientizar os Municípios sobre a importância de se ampliar o acesso ao ensino infantil - obviamente, com o cofinanciamento da União e do Estado - é também uma tarefa que, além de compor melhor o cenário da educação básica em nosso país, contribui para a emancipação feminina, criando, assim, condições para que a mulher se integre verdadeiramente no mercado de trabalho, cada vez com mais qualidade.

Além disso, Sr. Presidente, uma questão que nos toca muito é o assustador número de casos de violência doméstica sexual cometida contra as mulheres. Com a Lei Maria da Penha, tivemos um grande avanço. Sem dúvida alguma, isso foi uma grande conquista. No entanto, para essa lei ser efetivada, é preciso que sejam ampliadas também as varas especializadas, a fim de que se atribua a devida prioridade e agilidade aos processos que envolvem esses bárbaros que insistem em cometer atos de violência contra as mulheres. Afinal, não adianta ter uma lei se não tiver um sistema judicial compatível com a necessária prioridade que o tema mereceu por parte dessa lei. Os estudantes de direito que acompanham os trabalhos da Assembleia de hoje sabem melhor que eu - que sou assistente social - que uma lei sem a condição de se efetivar é letra morta. A lei é muito importante desde que a sociedade e os poderes públicos criem mecanismos e instrumentos para efetivá-la. No que se refere à violência cometida contra crianças e adolescentes, só na região metropolitana há 5 mil processos em andamento. Como podemos deixar crianças conviverem com adultos, sendo que muitas vezes a violência contra a criança é intrafamiliar, e quem a cometeu convive com ela aguardando o desenlace do processo jurídico?

Como não priorizar esses processos, deixando essas crianças em situação de absoluta vulnerabilidade? Por autoria deste Deputado, nós aprovamos nesta Casa a criação de vara especializada para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes, mas, infelizmente, essa medida ainda não foi efetivada pelo nosso Tribunal de Justiça. Ampliar a especialização de varas ou criar novas varas para julgar crimes cometidos contra mulheres, crianças e adolescentes é uma prioridade. Não adianta comemorarmos o Dia Internacional da Mulher se há dezenas e centenas de casos de mães, filhas e filhos sendo vítimas da violência, com a impunidade latente, face ao não aparelhamento da máquina pública para efetivar a punição daqueles que a merecem. De fato, devemos contribuir para a ampliação da consciência da própria sociedade no encaminhamento das denúncias, porque só denuncia quem vê resultado efetivo.

Portanto, Sr. Presidente, poderíamos falar da importância do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sivan - e sobre as medidas da área da saúde, de assistência à gestante e no pós-parto, e de todo um processo que contribui para a verdadeira emancipação das mulheres, mas o tempo é curto. Assim sendo, no minuto final, deixamos o nosso reconhecimento e também o nosso abraço a todas as mulheres do Estado de Minas Gerais, sobretudo a nossa homenagem às colegas Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, bem como às servidoras desta Casa.

Sem dúvida, a Assembleia Legislativa tem o melhor corpo técnico das Casas Legislativas do nosso país, e sabemos que a presença feminina nesta Casa é bastante relevante, seja ela no quadro efetivo ou nos gabinetes parlamentares. Portanto, deixo meu sincero reconhecimento às mulheres desta Casa e também às estudantes que hoje nos visitam. A melhor homenagem não é feita pela palavra, e sim pelo gesto prático. Exatamente por isso conto com o apoio de todos os Deputados e Deputadas para que aprovemos a PEC nº 56/2009, a fim de que a licença-maternidade das servidoras estaduais seja ampliada de 120 para 180 dias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia e que nos visita das galerias, os nossos Agentes Penitenciários, que montaram aqui um plantão até buscar uma solução para os seus problemas, felizmente o ex-Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior já não faz parte deste governo. Talvez, assim, tenhamos um pouco mais de sensibilidade, porque o que ele fez foi rasgar a Constituição da República, ao ignorar tudo aquilo que aprendeu no curso de Direito, que é o respeito ao devido processo legal e especialmente aos direitos e às garantias fundamentais.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, gostaria de cumprimentar V. Exa., ao se manifestar sobre as mulheres.

Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna leva-me a endossar parte do pronunciamento do ilustre Deputado André Quintão, que, de forma brilhante, abordou um assunto também de extrema relevância, especialmente em um momento em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, especialmente na data de ontem. Mas, como a data de ontem ocorreu numa segunda-feira, em que não há função neste Plenário, Deputado André Quintão, fazemos uso da tribuna hoje para lembrar a importância desse dia.

Obviamente, algumas pessoas entendem que, talvez num debate mais caloroso, não deveria haver essa data, pois deveria também haver a data do dia do homem. Entendemos que é necessário, até para que a gente possa diminuir as diferenças em vários aspectos, saber que a mulher tem uma defasagem em relação ao homem, especialmente no campo do trabalho. Quando se trata de salários, as pesquisas, não só no Brasil, mas também no mundo inteiro, apontam essa diferenciação, colocam a mulher em uma posição diferenciada, prejudicada em comparação à do homem.

Deputado André Quintão, trago um ofício que foi protocolado exatamente no dia 8 de fevereiro, portanto ontem, quando a mulher comemorou o seu dia internacional; completou um mês. Queremos fazer um apelo ao Prof. Anastasia, atual Vice-Governador e futuro Governador do Estado, para que faça um gesto da mesma forma como fez hoje o Prefeito Márcio Lacerda encaminhando à Câmara Municipal o projeto de lei que determina a extensão da licença-maternidade de quatro para seis meses.

Esse ofício, datado do dia 8 de fevereiro e também protocolado, está vazado nos seguintes termos. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Vice-Governador, com cordiais cumprimentos, venho solicitar vosso empenho na adoção de urgentes medidas para regulamentar a extensão do período de licença-maternidade para as servidoras civis do Estado de Minas Gerais, condição "sine qua non" para se dar eficácia ao contido no inciso IX do art. 26 da Lei nº 5.301, de 1969, na redação dada pela Lei Complementar nº 109/2009."

Essa lei trata do Estatuto dos Militares, que esta Casa, através de emenda de minha autoria, aprovou na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 53, agora em 2009, transformado na Lei Complementar nº 109. Determinou também que a licença-maternidade seria estendida para seis meses. (- Lê:)

"O governo federal promulgou a Lei nº 11.770, de 2008, que autoriza a prorrogação do período da licença-maternidade por mais 60 dias, tanto para a iniciativa privada quanto para a administração pública em geral.

Seguindo o mesmo caminho humanitário que permeia a referida prorrogação, a Lei Complementar nº 109, de 2009, alterou o inciso IX do art. 26 da Lei nº 5.301, de 1969, e instituiu formalmente a prorrogação da licença-maternidade para as militares de Minas Gerais. Contudo, inseriu uma cláusula no parágrafo único do referido art. 26 condicionando a eficácia da prorrogação à concessão de igual benefício à servidora pública civil do Poder Executivo.

A regulamentação já foi instituída pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através da Resolução nº 605/2009. O Ministério Público de Minas Gerais editou a Resolução nº 25, com a mesma finalidade. Na mesma direção e sentido, a Mesa da Assembleia Legislativa regulamentou a prorrogação da licença-maternidade através da Deliberação nº 2.441, de 9/3/2009, que também está sendo aplicada às servidoras do Tribunal de Contas do Estado. Já a Defensoria Pública regulamentou a matéria através da Resolução nº 114/2009, conforme cópias em anexo.

Bem sabemos do compromisso do atual governo em bem valorizar o servidor público. A matéria a ser regulamentada ancora-se no princípio da dignidade da pessoa humana, mormente da mulher servidora pública do nosso Estado, e a urgência do pedido objetiva apaziguar o anseio das suas destinatárias.

Na certeza de merecer a sempre especial atenção e acolhida por parte de V. Exa., antecipo os agradecimentos, reafirmando protestos de elevada estima e distinta consideração. Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais."

Conforme a leitura que fizemos desse ofício, Deputado André Quintão, procuramos reunir a deliberação da Assembleia - que teve a honra de assinar na condição de 3º-Secretário -, a qual determinou a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias. Compilamos também as resoluções do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, uma vez que, ao consultar o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro e ex-Deputado Wanderley Ávila, este relatou: "Deputado, estamos aplicando a resolução da Mesa da Assembleia, até mesmo porque somos órgão auxiliar desta". Portanto, Deputado André Quintão, hoje, quando me deslocava para a Assembleia, na parte da manhã, ouvi, pela Rede Itatiaia de Rádio, que o Prefeito Márcio Lacerda encaminhou projeto nesse sentido à Câmara Municipal.

O apelo que fazemos ao nosso ilustre Vice-Governador - porque sabemos que passará pelo seu crivo - é que ele mande a esta Casa o projeto de lei ou que possa fazer como a Assembleia, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça fizeram: simplesmente baixar um decreto. Isso já resolveria o problema; não seria preciso enviar o projeto de lei. Um decreto do Governador do Estado resolveria a questão, porque iria simplesmente acatar a Lei Federal nº 11.770, de 2008, que permite a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias. As servidoras, não apenas as da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mas também as de todo o Estado, da Secretaria de Educação, do DER, da Fazenda, ou seja, de todos os órgãos do Estado de Minas Gerais que compõem o Poder Executivo, estão aguardando. Entretanto, passem: a

Defensoria Pública e o Ministério Público são órgãos do Executivo e já tomaram a iniciativa de prorrogar a licença-maternidade por mais 60 dias, por meio de resolução própria. Então fazemos aqui esse relato. Tivemos até mesmo o cuidado de pegar todas as resoluções, tanto a da Mesa da Assembleia como a do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, a fim de subsidiar a decisão do Governador e do Vice-Governador do Estado. Sr. Presidente, apelamos aqui para que o Prof. Anastasia possa, por meio de decreto - porque não há necessidade de enviar o projeto de lei a esta Casa -, prorrogar a licença-maternidade. Estamos assistindo a isso, e até mesmo o jornal "Hoje em Dia" traz uma matéria, em sua capa, dizendo que as microempresas já estão adotando a licença-maternidade com prazo prorrogado. E por que, Deputado André Quintão, adotar uma licença-maternidade pelo período de seis meses? Porque, do ponto de vista da medicina, Deputado Doutor Ronaldo João, companheiro de partido, estudos já apontam que essa licença não é apenas benéfica à criança e à mãe, mas também à própria empresa, à própria repartição pública que a adota. Dessa forma a mulher tem mais tempo para cuidar de seu filho e amamentá-lo, a fim de que essa criança tenha um desenvolvimento sadio e tranquilo, recebendo atenção, afeto, carinho, que são sentimentos insubstituíveis por parte de sua genitora. Apenas a mãe pode transmitir isso a seu filho nesse período primordial, essencial, e recomendado pela medicina para que haja amamentação. Uma vez percorridos os seis meses, a mãe retorna ao trabalho com mais tranquilidade, com empenho e compromisso muito maiores, pois tem a certeza de que seu filho teve aquele período preservado. Falo isso com muita tranquilidade porque assinamos aqui a resolução da Mesa da Assembleia no dia 9 de março.

Deputado Ronaldo João, tive a grata surpresa de a assessora de imprensa do meu gabinete ser a primeira servidora do Legislativo a fazer uso da licença-maternidade, no dia 3 de abril. Ela ficou seis meses com a sua criança. Percebemos, com esse exemplo prático e muito próximo, que realmente a mãe necessita desses seis meses. Já avançamos quando aprovamos os quatro meses de licença na primeira lei, mas, depois de um longo tempo, entendemos que eram necessários seis meses para a criança ter um mínimo de desenvolvimento satisfatório quanto à saúde não apenas física, mas psíquica. A proximidade da mãe com o filho é fundamental, é preciosa nesses primeiros meses de vida. Deputado Marcus Pestana, somos testemunhas do seu trabalho. V. Exa. conduziu muito bem a Pasta da Saúde durante sete anos e conhece perfeitamente a necessidade das servidoras que são mães, pois, quando dão à luz, precisam da prorrogação da licença. Espero contar com o seu apoio também para que possamos fazer com que o nosso Vice-Governador baixe decreto o mais rápido possível acolhendo as servidoras civis do Estado. Já aprovamos a Lei Complementar nº 109, que trata das policiais militares e Bombeiros militares, e procuramos garantir-lhes esse direito vinculando sua aplicação às servidoras civis. Portanto, Sr. Presidente, acredito na sensibilidade do nosso Vice-Governador, Prof. Anastasia, em relação às servidoras públicas e espero que baixe imediatamente o decreto prorrogando a licença-maternidade por mais dois meses, já que existe a garantia constitucional de quatro meses. Essa é uma ação simples, não existe uma tramitação, como a dos projetos de lei, em dois turnos. Alguns órgãos do Executivo, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, além da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, já adotam essa medida. Faço um apelo público para que o Dia Internacional da Mulher, este dia tão valioso comemorado por todos nós, sensibilize o Prof. Anastasia, nosso Vice-Governador, de forma que solucione essa pendência através de decreto. Todo o mundo já está aplicando a licença-maternidade de seis meses para a mulher que deu à luz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 10/3/2010

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembleia, esta é a primeira oportunidade que tenho de, na tribuna, mencionar o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Neste ano de 2010, completaram-se 100 anos da criação da data em homenagem à luta das mulheres. Esta Casa, por sua bancada feminina, com as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão e Ana Maria Resende, na quinta-feira realizará uma sessão de homenagem à luta das mulheres de Minas.

Nesta semana de reflexão sobre a luta das mulheres, refleti muito sobre os recentes acontecimentos que assolaram e muita dor trouxeram à nossa cidade de Contagem, à nossa região do Bairro Industrial e região do Barreiro, que foi a ação do assassino, do maníaco que ceifou vidas de mulheres jovens, no alto de sua condição produtiva, mulheres trabalhadoras, todas elas independentes, que trabalhavam e sustentavam a família.

Por oportunidade da audiência pública realizada na Comissão de Segurança Pública, uma audiência foi marcada por muita emoção, mas especialmente serviu para compreender a grave situação por que as mulheres em Minas passam, especialmente em função da ausência do poder público, do Estado para prevenir crimes bárbaros como esse que ceifou a vida de Ana Carolina, de Edna e de tantas outras.

Na audiência pública, ficou demonstrado também que não se trata apenas do caso do maníaco do Bairro Industrial. Somente nos últimos dois anos, a lista de desaparecidos em Minas Gerais registrou 47 mulheres, e os crimes não foram elucidados. Por conseguinte, seus responsáveis, os assassinos, ainda estão soltos, livres pela sociedade afora, praticando outros crimes, quem sabe. A Ana Carolina foi assassinada em março do ano passado, e a Edna, 10 meses depois. O assassino ficou solto nesse período todo. Durante a audiência pública, pudemos compreender que não houve uma falha do servidor público, da Polícia Civil. O problema não é a Polícia Civil, o Delegado, o Detetive que não trabalhou direito; o problema é que o Estado de Minas Gerais hoje não tem a devida estrutura e capacidade para enfrentar crimes como esse. Deputado Weliton Prado, segundo levantamentos da Organização Internacional do Trabalho, deveria haver 15 mil policiais civis no Estado, mas há apenas 6.800. Minas deveria ter uma estrutura para coletar o banco de impressões digitais, cujo valor é de R\$20.000.000,00, mas apenas recentemente foi adquirido um aparelho. Seria importante identificar os cadáveres que chegam ao IML como indigentes, de forma a evitar o que ocorreu com a Natália, que foi enterrada como indigente após 32 dias nesse local. Foi enterrada dessa forma, mesmo sabendo-se que havia mulheres desaparecidas na região metropolitana.

Portanto, existe uma ausência, uma debilidade do Estado em relação às vítimas. Percebemos que o poder público foi omissivo ao não oferecer condições de trabalho para a polícia, ao exigir que um policial civil ficasse tomando conta de preso, quando, na realidade, sua função precípua é investigar, fazer inquérito, apurar os fatos e levantar provas para que assassinos como o maníaco do Bairro Industrial não cometam suas barbaridades.

Estou dizendo isso porque acompanhei atentamente o que aconteceu, mesmo depois de comprovada a omissão do Estado, e esperei que o governo tomasse alguma atitude em relação à família das mulheres, a seus filhos. A Ana Carolina deixou uma criança de pouco menos de 4 anos, que estava em seu colo no momento do crime. Todas as vítimas eram trabalhadoras, arrimo de família. Chegou o dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, e não vi nenhuma providência ser tomada por parte do governo do Estado, nenhuma sinalização às famílias, aos filhos dessas mulheres. Nós sabemos que, quando o assassino vai para a cadeia, sua família tem direito ao auxílio-reclusão.

Aliás, direito esse que acredito perfeitamente possível e pertinente e que defendo dentro de uma perspectiva dos direitos humanos. No entanto, como fica a família dessas mulheres assassinadas, que perderam a vida no auge da sua produtividade? Todas tinham menos de 40 anos. Uma era contadora, outra comerciante. Mulheres bem-sucedidas e que perderam a vida tão novas e deixaram filhos de 3, 4 anos. Pergunto: O que será feito desses filhos e das famílias dessas vítimas?

Esperava que o governo do Estado fosse tomar a mesma atitude que tomou em relação aos presos que foram queimados vivos nas penitenciárias mineiras. No ano passado, acertadamente, ele enviou a esta Casa um projeto de lei propondo a indenização das famílias desses presos, ou seja, o pagamento de indenização e pensão para os filhos dos presos que morreram vivos nas cadeias de Minas Gerais, de Ponte Nova e Rio Piracicaba, em 2007. Fiquei pensando: será que o governo do Estado não tomará a mesma atitude em relação a essas mulheres assassinadas de forma covarde, aliás oriunda da omissão do Estado? O governo do Estado não tomou providência.

Assim, no dia 8 de março tive a iniciativa de protocolar nesta Casa um projeto de lei de minha autoria que autoriza o Estado a pagar pensão indenizatória às famílias das vítimas de fatalidade em crimes de violência sexual e doméstica nos casos em que for comprovada falha na prestação do serviço de segurança pública do Estado. Quer dizer, é o caso específico do Bairro Industrial, ou seja, da região industrial, das mulheres vítimas de violência sexual que morreram e deixaram famílias, filhos menores para serem criados. Quem os criará? Quem cuidará desses meninos daqui para frente?

Portanto, estou propondo um projeto para que o Estado indenize a família dessas vítimas. No entanto, os nobres colegas Deputados e Deputadas e os mais entendidos de legística, que é a ciência da arte de fazer leis, me questionarão. Não tenho competência para propor um projeto desse porque pressupõe gastos do Estado. Creio que, se o governo do Estado tiver sensibilidade, deverá mandar uma mensagem a esta Casa a fim de referendar um projeto como esse, ou seja, um projeto que prevê o pagamento de indenização e pensão aos filhos menores das mulheres assassinadas por omissão do Estado. Esse é o objetivo do projeto. Estou conclamando as famílias dessas mulheres assassinadas, todos os movimentos de mulheres e de direitos humanos e toda a sociedade mineira a levantar a sua voz e sensibilizar o governo do Estado para referendar esse projeto, que prevê o pagamento de pensão alimentícia aos filhos menores das mulheres assassinadas pelo maníaco do Bairro Industrial. E também das outras que foram vítimas de crimes como esse, que não teriam ocorrido se o Estado tivesse dado a devida atenção à segurança pública, equipado e dado condições de trabalho aos Delegados e Detetives da Polícia Civil; se o Estado não pagasse um dos piores salários para Delegado de Polícia neste país - aliás, 17º lugar no "ranking" nacional de salários de Delegados de Polícia.

Então, o objetivo desse projeto de minha autoria é o pagamento de indenização às famílias das mulheres assassinadas. Ele só poderá ir para frente se o Governador do Estado enviar uma mensagem a esta Casa referendando-o.

É muito importante que as mulheres se mobilizem em prol desse projeto. O filho do bandido receberá o auxílio de reclusão, mas quem cuidará dos filhos dessas mulheres assassinadas, quem cuidará da família dessas mulheres que perderam a vida tão cedo, tão na flor da idade?

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Serei breve, Deputado Carlin Moura. Apenas gostaria de concordar com V. Exa. em gênero, número e grau. Se nessas investigações houve vários problemas, não tenho dúvida nenhuma de que a responsabilidade é do governo do Estado. O Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal nos disse que o equipamento para identificação automática de digital estava na caixa há anos, na sede da Polícia Federal, em Brasília. Esse equipamento foi concedido de graça ao Estado. De todos os Estados da Federação, apenas Minas Gerais não assinou o convênio. Se o tivesse feito, teria recebido o equipamento, e o maníaco estaria preso desde a sua primeira vítima, já que ele havia sido detido anteriormente; ele não teria matado as outras mulheres. Houve negligência, a responsabilidade é do Estado. Depois das denúncias, o Secretário correu para Brasília. Hoje ele está lá assinando o documento a fim de receber o equipamento. E a Comissão de Segurança Pública, infelizmente, com todo o respeito ao Deputado João Leite, Presidente, (- expressão expungida por determinação do Sr. Presidente) que apresentamos, porque poderia tê-lo aprovado há muito tempo. Queremos as explicações sobre por que o governo não assinou o convênio antes para receber esse equipamento. Isso teria permitido que muitos marginais e até o maníaco fossem colocados atrás das grades; ele não teria matado várias mulheres.

Parabéns pelo projeto, Deputado Carlin Moura. Tenha certeza de que V. Exa. conta com o apoio do nosso Bloco. Esperamos contar também com o apoio dos outros Deputados a fim de sensibilizar o governo a aprovar o projeto de V. Exa.

O Deputado Carlin Moura* - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Isso é mais uma prova da omissão do Estado.

Nesse 8 de março, a forma de homenagear as mulheres é por meio de uma atitude concreta e propositiva: o projeto para indenização aos filhos menores das mulheres assassinadas. Quem nos ouve e nos assiste neste momento ajude-nos. É uma luta pela cidadania das mulheres, pela justiça. Os filhos do bandido recebem auxílio-reclusão, e, portanto, é direito dos filhos das vítimas receberem a indenização proposta em nosso projeto de lei. Faremos um amplo movimento para convencer o Governador do Estado a mandar a esta Casa uma mensagem referendando esse projeto, que é de minha autoria.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Para dar continuidade ao assunto relativo à omissão do governo do Estado em relação à segurança pública, conversei com alguns Delegados de Uberlândia, do Triângulo Mineiro, e eles não acreditaram. Esse equipamento para identificar de forma automática, em minutos, a digital de criminosos é uma antiga reivindicação da Polícia Civil. O governo federal está implementando esse sistema desde 2004, há mais de seis anos. O único Estado da Federação brasileira que não havia recebido esse equipamento, que foi comprado pelo Ministério da Justiça e doado pela Polícia Federal aos Estados, o único Estado que não aceitou a doação foi Minas Gerais. O processo para conferir uma digital aqui é manual, demora semanas, quando conseguem identificar. Com esse equipamento, a Polícia Civil pode identificar a digital do criminoso automaticamente, em minutos, por meio desse grupo de digitais - são milhões de digitais. Então, o maníaco, o "serial killer" poderia ter sido preso, e várias das suas vítimas poderiam estar vivas, cuidando de suas famílias. É um verdadeiro absurdo, um desrespeito.

Com todo o respeito que tenho pelos órgãos de comunicação, gostaria de parabenizar, de forma muito especial, a Rádio Itatiaia, que foi isenta ao mostrar essa realidade. Hoje ela até apresentou uma matéria com o Secretário, que admitiu que aqui em Minas o banco de dados de criminosos é manual. Parabenizo também o jornal "O tempo", que fez essa matéria de denúncia no início do ano; parabenizo o Sindipol, o Denílson Martins e o Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal, que nos passou essa denúncia. Apresentamos o requerimento em Uberlândia solicitando esclarecimento do governo do Estado a respeito dos motivos por que não havia assinado o convênio e recebido o equipamento. Infelizmente, os outros requerimentos apresentados no dia foram aprovados, mas o meu, que foi o primeiro a ser apresentado, encontra-se na Comissão de Segurança Pública e não é analisado, está engavetado. Não é dessa maneira que a Comissão de Segurança Pública ajuda a combater a criminalidade.

Portanto, fica aqui uma séria e dura crítica à Comissão de Segurança Pública e, de forma específica (- expressão expungida por determinação do Sr. Presidente), ao Deputado João Leite, pois já deveria ter aprovado o requerimento e já poderíamos estar, em 30 dias, com a resposta do governo do Estado. Por que o Estado não aceitou assinar esse convênio? Muitas mulheres poderiam estar vivas, criando seus filhos, junto com suas famílias. Isso não está acontecendo. Deixo uma crítica duríssima ao governo do Estado e ao posicionamento da Comissão de Segurança Pública. Vários outros requerimentos apresentados anteriormente e posteriormente foram aprovados, mas o nosso requerimento ainda não saiu da Comissão. É uma prerrogativa nossa, como parlamentar, pedir esclarecimento por parte do governo do Estado. Por que não aceitou receber o equipamento que identifica as digitais de forma automatizada? Esse "serial killer" já poderia estar atrás das grades ao ser identificado quando da primeira vítima, pois já tinha sido preso anteriormente. Mas em Minas Gerais nosso sistema é manual e não conseguiram identificá-lo. O equipamento é gratuito, não seria cobrado nada, mas está numa caixa na sede da Polícia Federal.

Estão aqui as nossas denúncias: (- Lê:): "Deputado Weliton Prado pressiona o governo de Minas a assinar convênio para operar sistema de identificação de digitais de criminosos". Depois da pressão, o governo assinou e vai receber o equipamento. O último Estado da Federação, pois os outros Estados já o receberam.

Concordo com o Deputado Carlin Moura. É um absurdo o contingente de policiais civis que temos no nosso Estado. Temos que aumentar o número de Delegados, Peritos, Agentes. Aprovamos requerimento solicitando a convocação de todos os excedentes em caráter imediato.

A respeito do IML de Uberlândia, a Universidade Federal de Uberlândia falou que não se responsabilizará mais por ele. A Polícia Civil ficará sem o IML em uma cidade em que, a cada dois dias, há uma morte violenta. Nesta semana, a dona de uma "pizzaria" foi assassinada brutalmente dentro de casa. Há uma série de crimes violentíssimos; o Governador prometeu, e palavra é dívida. Ele esteve no Triângulo Mineiro, em Uberlândia, com o Prefeito Odelmo Leão, e prometeu que Uberlândia seria referência na área de segurança pública, não só para Minas como para o Brasil. Mas não é o que vem acontecendo, pois vem aumentando a criminalidade e a violência de forma assustadora. Prometeram abrir uma base comunitária em cada bairro, mas fecharam os postos de polícia em grande parte dos bairros da cidade.

Essa não é uma realidade só de Uberlândia, mas de todo o Estado. Temos uma das melhores polícias, sim. Temos que elogiar nossa corporação, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, mas eles não têm as condições necessárias para combater a criminalidade. Na outra ponta, não são investidos recursos na área social e de educação como o governo do Estado deveria fazer. Não se faz o trabalho de prevenção nem de repressão como deveria ser feito. Nossos policiais fazem das tripas coração para cumprir bem a sua função, recebendo uma das remunerações mais baixas da Federação. O governo prometeu que, no final de 2010, a polícia do nosso Estado estaria entre as mais bem remuneradas do País. Essa promessa não foi cumprida, e o governo quebra a paridade. Quebrando a paridade, prêmio por produtividade deve ser garantido também para os pensionistas e policiais da reserva e não somente para os da ativa. Os que estão na ativa devem ter salário digno. O auxílio-periculosidade não sai do papel, embora esteja na Constituição do Estado. Se a profissão de policial não for de risco, nenhuma outra será. Mas o governo não cumpre o que está no papel.

O Deputado Sargento Rodrigues é testemunha de que não se aprova o Fundo Estadual de Segurança Pública. Os recursos arrecadados na área da segurança pública devem ser investidos na segurança pública, mas, infelizmente, são hoje desviados para o caixa único do Estado. Essa é a triste realidade: é uma vergonha a situação da segurança pública, uma das maiores preocupações da população em nosso Estado. O "serial killer", por exemplo, poderia ter sido preso após ter feito sua primeira vítima, se já tivéssemos a identificação de digital automatizada. Mas isso não aconteceu porque o governo não quis pegar o equipamento que estava no caixote na sede da Polícia Federal; além disso, o número de policiais de que dispomos está, infelizmente, muito longe da real necessidade que temos.

Na outra mão, devemos continuar com a pressão pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, por um salário digno para os policiais militares e civis e para os bombeiros. O projeto foi aprovado em 1º turno na Câmara dos Deputados; agora é fazer pressão para colocá-lo para votação em 2º turno. É muito importante continuarmos com toda a mobilização das forças de segurança, dos policiais de todo o Brasil, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300. Aproveito para parabenizar o Deputado Federal Elismar Prado, um dos responsáveis pelo convencimento da base do governo a colocar em pauta a votação do projeto em 1º turno. Foi preciso vencer muitos entraves e dificuldades para isso, mas sabemos que a luta não para por aí; precisamos continuar com a pressão e a mobilização de todos para conseguirmos aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, que agora incluiu também policiais civis e bombeiros, além dos policiais militares.

Como estamos falando em servidores públicos, o governo teria de colocar a mão na consciência e olhar principalmente para os servidores da educação, que em Minas não têm reconhecido pelo governo sequer o piso nacional, sendo que ele não iria gastar nada para isso, já que a complementação é feita pela União. É um verdadeiro desrespeito também com os servidores da educação. Paulo Freire já dizia: se, sozinha, a educação não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Então, é preciso aumentar o efetivo da polícia e investir, sim, na repressão, mas é apenas com a educação que vamos conseguir fazer as transformações tão necessárias em nossa sociedade.

Gostaria de aproveitar para comemorar uma vitória que alcançamos depois de muita luta. Apresentamos nesta Casa o Projeto de Lei nº 406/2009, já antigo, que proíbe a cobrança da assinatura mensal da telefonia em Minas Gerais. Projeto semelhante já foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O projeto que apresentamos já tramitava na Câmara dos Deputados desde 2001, há quase 10 anos. Fizemos pressão junto ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e conseguimos a grande vitória de sensibilizá-lo para criar uma comissão especial para analisar o projeto, que visa acabar com a cobrança da assinatura mensal pela telefonia em todo o País. Esse projeto estava na gaveta há quase 10 anos. Os partidos indicaram os parlamentares para compor a comissão que vai analisar esse projeto, que é muito importante, pois trata-se de uma cobrança totalmente ilegal e inconstitucional, criada à época da privatização, em 2007, para se fazer a expansão das redes das linhas telefônicas. Ora, se as redes estão todas prontas e ainda temos 13 milhões de linhas ociosas - já que as pessoas estão deixando de lado o telefone fixo e adquirindo o telefone pré-pago -, qual o motivo de se continuar com essa cobrança? O cidadão já pagou, já se fez a expansão das redes, e ainda continuam cobrando quase R\$50,00 todo mês? É totalmente ilegal e inconstitucional essa cobrança, e depois de muitos anos conseguimos que o Presidente da Câmara dos Deputados formasse uma comissão especial para fazer a análise do projeto. Foi uma grande vitória, mas agora nossa briga é para colocar o projeto em pauta.

Como falamos, água mole em pedra dura tanto bate até que fura; sem pressão, as coisas não andam, infelizmente. Então, a pressão tem de continuar. Da mesma forma, os policiais militares e civis e os bombeiros devem continuar pressionando para colocar a Proposta de Emenda à Constituição nº 300 em pauta para votação em 2º turno.

A pressão deve continuar. A campanha continuará muito forte, não apenas pelo fim da assinatura mensal da telefonia como também contra as tarifas abusivas praticadas pelas empresas. As companhias de telefonia e de internet do Brasil cobram uma das tarifas mais caras do mundo. É verdadeiro absurdo o valor cobrado. Para se ter ideia, a internet com velocidade de apenas 1MB chega a custar mais de R\$100,00 no Brasil. No Japão, por exemplo, 61MB, não somente 1MB, custam R\$0,50; na França, 18MB são R\$3,00. O valor cobrado pela telefonia no nosso país custa mais que 2.150% do valor cobrado na Índia. Falar ao celular no Brasil é 800 vezes mais caro que na China, 400% mais caro que no México, 350% mais caro que nos Estados Unidos, 73% mais caro que na Inglaterra e 15% mais caro que na Espanha. É verdadeiro absurdo o valor cobrado pelas empresas de telefonia e de internet no nosso país. A campanha realmente continuará com muita força, da mesma maneira como fizemos nas campanhas para acabar com as taxas de incêndio, com as taxas para chamar a polícia e fazer boletim de ocorrência e com as tarifas de energia mais caras do Brasil, que são as da Cemig. Em 2008, conseguimos redução de 17%. No ano passado, conseguimos impedir o aumento do valor da tarifa de água cobrada pela Copasa. Foi o primeiro ano em que não houve aumento na conta de água da Copasa. Neste ano, conseguimos impedir o aumento de 11%; o aumento ficou em torno de 3%. Entramos com ação na Justiça e no Ministério Público para conseguir isso.

Temos de continuar mobilizando-nos e acreditando. Conclamamos todas as entidades, as associações, os Vereadores e a Igreja a participar dessa campanha contra as tarifas abusivas praticadas pelas empresas de telefonia e de internet, que têm uma das tarifas mais caras do mundo e o serviço de péssima qualidade. Um terço das reclamações dos Procons do País são relativas a essas empresas. Temos todas as possibilidades de lutar para melhorar a qualidade desse serviço. O governo deve criar empresa estatal a fim de oferecer tarifa justa e de boa qualidade à população brasileira e mineira. O povo não aguenta pagar tantas tarifas e tantos tributos. No nosso país, o IPVA, a energia, a água, enfim, tudo é mais caro, e o salário dos servidores é deste tamanhinho.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - A princípio, solicito que sejam retirados os termos "nome aos bois". Não sou boi, mas parlamentar votado pela população de Minas Gerais, escolhido para representá-la nesta Casa. Sou Presidente de comissão desta Casa, e é rito comum de Presidentes de comissão receber requerimentos, analisá-los e votá-los posteriormente. Esse é trabalho do cargo, da Presidência de comissão da Assembleia

Legislativa. Não há, por parte da Presidência da Comissão de Segurança Pública, reparo algum a qualquer requerimento recebido. Como Presidente de comissão, assim como todos os outros, é meu direito analisar requerimentos. Lamento que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia seja lembrada por um colega dessa maneira, pois temos feito grande esforço. Temos trabalhado muito, percorrido todo o Estado acompanhando a situação da segurança em Minas Gerais, realizado exaustivas reuniões de cinco horas ouvindo a população e visitando os cidadãos mineiros.

Agradeço a V. Exa. e solicito que a referência a este Deputado seja retirada das notas taquigráficas. Agradeço também a V. Exa. seu espírito democrático ao conceder-me a palavra para fazer esse reparo em nome da Comissão de Segurança Pública. Agradeço ao Deputado André Quintão, próximo orador, que nos cedeu esse tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Presidência determina que seja feita a expunção solicitada.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje a Comissão de Educação aprovou parecer sobre as emendas apresentadas a um dos mais importantes projetos em tramitação nesta Casa, o Projeto de Lei nº 2.215, que trata do Plano Decenal da Educação - PDE - para o Estado. Esta Casa está prestes a votar, em caráter terminativo, um projeto que definirá as metas para a educação pública para os próximos 10 anos em Minas Gerais.

Queria fazer um comentário elogioso, principalmente à ex-Deputada Elisa Costa, do PT, e ao nosso companheiro Deputado Carlin Moura, do PCdoB, que, há alguns anos, propuseram a realização de audiências por todo o Estado com o objetivo de colher subsídios para esse importante projeto, sugestão plenamente atendida pelos dirigentes da Casa. Hoje, depois de grande esforço de negociação, da qual participamos juntamente com outros Deputados - Deputado Ruy Muniz, Presidente da Comissão, Deputada Gláucia Brandão, Deputado Carlin Moura, eu e o Deputado João Leite -, várias emendas foram incorporadas a esse projeto por meio de parecer.

Não falarei sobre todas as emendas por causa do tempo, mas, de início, falo que a qualidade da educação passa, indiscutivelmente, pela qualidade e valorização dos seus trabalhadores. A adoção do piso nacional do magistério em Minas Gerais é uma questão estratégica para consolidar a nossa educação pública e gratuita. Portanto, valorizar e remunerar bem os trabalhadores em educação - educadores, professores, Diretores, auxiliares, orientadores, pedagogos, todos os que contribuem para a educação - é muito importante.

Mas a educação como política pública não se encerra apenas na questão estritamente pedagógica. Ela interage com outras políticas públicas e depende de assegurar determinadas garantias aos alunos e às suas famílias para que tenham um perfeito, adequado e progressivo processo pedagógico próprio. Por exemplo, uma criança mal-alimentada, desnutrida, com déficit nutricional, terá dificuldade de acompanhar o ritmo próprio de um estudante que tenha esse direito plenamente assegurado.

Hoje há um grande esforço para que se melhore a qualidade nutricional da alimentação escolar. Esta Casa, atendendo a requerimento deste Deputado e do Deputado João Leite, realizou um dos maiores ciclos de debate das últimas legislaturas sobre alimentação escolar. Várias entidades participaram, e foram apresentadas várias propostas. Hoje, Deputado Carlin Moura, estamos felizes, pois conseguimos incluir nesse parecer a incorporação de pelo menos três emendas muito importantes. A primeira prevê que o Estado tenha em seus quadros nutricionistas habilitados para coordenar as ações dos programas de alimentação escolar. Minas Gerais, com quase 4 mil estabelecimentos de ensino, conta com apenas uma nutricionista. Pasmem, senhores, há apenas uma nutricionista para gerir o programa de alimentação escolar de 3.900 estabelecimentos.

Essa emenda procura colocar quadros técnicos para orientar a melhor alimentação a ser adquirida, no caso da rede estadual, pelas respectivas escolas. Além disso, as emendas aprovadas hoje preveem que o Estado implemente programas de capacitação continuada de recursos humanos envolvidos na execução de programas de alimentação escolar. As conhecidas cantineiras, auxiliares, merendeiras, aqueles profissionais que trabalham e operam na alimentação escolar no dia a dia merecem ser respeitados, valorizados e capacitados para a obtenção de um bom resultado na alimentação escolar.

A emenda aprovada também prevê a efetivação de programas de educação alimentar e nutricional nas escolas de educação básica. Não adianta o aluno ter uma alimentação adequada em uma parte do dia se, em casa, ele e sua família reproduzem hábitos alimentares não saudáveis. Então, a incorporação dessas emendas foi muito importante. Além delas, duas outras emendas, também muito importantes, foram incorporadas. Elas preveem no Plano Decenal de Educação - PDE - o acompanhamento social nas escolas de ensino médio e fundamental. Muitas vezes uma criança está com rendimento insuficiente, com dificuldades de aprendizagem, de seguir o ritmo médio dos alunos porque enfrenta situações de vulnerabilidade social, como a violência intrafamiliar, o abuso sexual, o trabalho infantil, o uso de drogas pelo jovem ou, às vezes, por seus familiares, e a ausência de renda, que deixa mazelas na alimentação, no espaço de habitação e de concentração para os estudos. Muitas vezes, a escola, em vez de acolher essa criança com sua diferença, decorrente da nossa desigualdade social, por mecanismos arraigados e de não acompanhamento, processa mais uma exclusão para essa criança, que, via de regra, percorre o caminho da repetência e da evasão escolar. A evasão escolar, hoje, atinge quase 20% no ensino médio.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ao prever, no nosso Plano Decenal, ações de acompanhamento social, estaremos efetivando a Lei nº 16.683/2007, de minha autoria, que instituiu ações de acompanhamento social na rede de educação estadual em regiões de maior vulnerabilidade social. Além disso, no caso dessas ações, estaremos fortalecendo, principalmente, a contratação de psicólogos e assistentes sociais, ou para atuarem diretamente nas escolas, ou para fortalecerem os Centros de Referência da Assistência Social já existentes, a fim de fazerem um trabalho integrado com as escolas, ampliando os benefícios sociais, acompanhando as famílias, combatendo a evasão e acompanhando os programas de transferência de renda, que têm como uma das principais condicionalidades a permanência do aluno na escola.

Outra emenda muito importante que foi incorporada diz respeito aos povos indígenas. Sabemos da importância da educação indígena para a valorização e reprodução dos valores intrínsecos à vida e história das etnias em nosso Estado. Porém qualquer educação indígena, para, de fato, ser respeitosa com a história e os valores consagrados por essas comunidades, deve ter como pressuposto a participação delas na formulação do projeto pedagógico - ao serem estipulados os padrões de atendimento escolar - e também na avaliação sistêmica dessa educação. Aí, conseguimos também incorporar emenda de nossa autoria que assegura a participação de lideranças políticas das comunidades indígenas na definição dos padrões de atendimento e dos projetos educativos e pedagógicos e na formação de critérios de avaliação para a educação indígena. Essa grande conquista resultou da mobilização dos próprios povos indígenas no Estado.

Uma outra emenda também foi incorporada pela Comissão de Educação. Ela visa fortalecer uma das leis federais mais importantes editadas nos últimos anos: a Lei Federal nº 11.947, de 2009, que prevê que no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da produção agrofamiliar. Essa lei é muito importante e merece uma força-tarefa para ser executada. Em primeiro lugar, todos sabemos que os produtos da agricultura familiar, com sua especificidade regional, podem contribuir muito mais para a qualidade alimentar e nutricional da alimentação escolar. Minas Gerais, um Estado de tantas regiões e vocações, em todos os campos, inclusive na produção agrofamiliar, pode ofertar uma diversidade alimentar fundamental para a nutrição de nossas crianças e jovens da rede escolar. E, além da qualidade nutricional, paralelamente estaremos também fortalecendo um elo estratégico da economia mineira e brasileira: a agricultura familiar.

Hoje não temos mais, como tivemos em anos anteriores, dificuldades para o crédito. O Pronaf é realidade na vida do agricultor familiar. Não adianta estimular a produção se não houver a garantia de comercialização em escala que compense o investimento do agricultor familiar. Então, nesse sentido, o projeto de lei e o parecer aprovados hoje, na Comissão de Educação, também acolhem emenda de nossa autoria.

Portanto, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, integrantes da Comissão de Educação, Rui, assessoria desta Casa, particularmente da referida Comissão, de público agradeço todo o empenho que houve. É vitória não de um, de dois ou de meia dúzia de Deputados, mas da ampla mobilização do ciclo de debates da alimentação escolar, do ciclo de debates e do fórum técnico do Plano Decenal e de tantas outras conferências da criança, da segurança alimentar e da assistência social. Que em breve o Plenário desta Casa possa referendar também essas conquistas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado José Henrique, companheiras Deputadas, companheiros Deputados, há alguns dias tenho evitado atender ao apelo feito pela sociedade da minha cidade, Teófilo Otôni, em relação ao episódio futebolístico do jogo entre Atlético Mineiro e América de Teófilo Otôni. O que ocorreu nessa cidade foi chuva muito forte. O campo alagou. Realmente parecia que se estava jogando polo aquático em vez de futebol. O América de Teófilo Otôni abriu o placar, começou a ganhar o jogo. O Atlético empatou, perdeu um jogador que foi expulso, perdeu outro que está machucado. Lamentavelmente, talvez quem me ouvir agora ou na reexibição deste programa - que a Assembleia sempre faz - não perceba a oportunidade do que falo. Hoje Atlético Mineiro e América de Teófilo Otôni jogam mais 25 minutos, a partir das 19 horas.

Minha intervenção aqui não tem nada a ver com o jogo, mas sim com o Sr. Kalil, Presidente do Atlético Mineiro, que, nas emissoras de rádio, de televisão e nos jornais, desmoralizou nossa cidade, dizendo que não tem aeroporto, hotel, que lá é complicado e que o povo é bravo, só porque, há uns 15 anos, alguns torcedores deram tapas nos jogadores do Atlético. Está, então, lembrando isso. Mas o Sr. Kalil, primeiramente, não tem envergadura moral para criticar cidade alguma. Ninguém sabe onde ele nasceu, de onde veio; eu não sei, pelo menos. Segundo, não se deve fazer esse tipo de crítica a cidade-polo, a maior cidade do Nordeste mineiro, com excelentes hotéis e restaurantes, com aeroporto onde desce jatinho. Se o senhor Kalil não quis autorizar a equipe do Atlético a pousar no Aeroporto de Teófilo Otôni, é porque talvez o Atlético esteja sem dinheiro para fretar avião e queira pegar voo da Trip, que vai só até Valadares. A equipe atleticana dormiu em Governador Valadares e lá ficou. Encontrei-me com eles no aeroporto. Naturalmente, chegaram na última hora, despreparados. Assustaram-se quando viram o estádio com 6 mil torcedores vestidos de vermelho e branco, e não cabia mais ninguém. Lamentavelmente, fez jogo ruim. Hoje, às 19 horas, desempataremos o jogo, que está 2 a 2, e resolveremos a questão.

O Sr. Kalil deve um pedido de desculpas a minha cidade; ele precisa pedir desculpas a Teófilo Otôni. Digo isso, porque, vocês já imaginaram se o meu América continuar no campeonato e tivermos de nos enfrentar mais à frente, talvez não consigamos deter a população que há 15 anos deu uma surra no time do Atlético por causa de eventos como esse.

É preciso que o Sr. Kalil, ao falar de uma cidade que não conhece, meça bem as palavras. Ele nunca foi lá, não conhece a cidade. Quem deu o chileque foi o Luxemburgo, no meio do campo. Ele invadiu o campo e quis bater no juiz. Isso tudo não quer dizer nada contra os atleticanos, nem contra o Atlético, apenas quer dizer que um dirigente de um clube tão importante e querido, como é o Atlético Mineiro, não pode ser uma pessoa destemperada na hora de abrir a boca para falar.

O objetivo da minha presença aqui, Sr. Presidente, não é apenas esse, mas, sim, manifestar uma preocupação muito grande com o que está acontecendo no Brasil de hoje. Os próprios jornais noticiam isso. O jornal "Estado de Minas" traz a manchete: "Campanha descarada, e Serra nem se mexe". Os jornais de ontem trouxeram uma crítica da imprensa de São Paulo, segundo a qual Minas Gerais talvez faça corpo mole na campanha de José Serra, insinuando que o nosso Governador teria algo a ver com isso. Eu me lembro, Sr. Presidente, que subi no palanque do Serra, quando ele foi candidato a Presidente, a pedido do Governador Aécio Neves, exatamente porque fui parlamentar junto com ele. Lamentavelmente, é preciso que se reconheça que o homem é antipático, ninguém gosta dele na classe política. Ele não é só indeciso, é antipático mesmo. Quem conviveu com o Serra no Congresso Nacional, na época em que ele era Deputado, sabe muito bem que o relacionamento com ele é muito difícil. Não se deve debitar ao Governador de Minas a frieza do eleitor mineiro com o Serra. O povo mineiro está chateado, danado de raiva dele, porque o Serra está fazendo o que fez na campanha passada: titubeante, hesitante e indeciso, de tal sorte que, no livro de memórias de Fernando Henrique Cardoso, este disse que a indecisão de José Serra fez com que o partido lançasse Geraldo Alckmin, que chamávamos de "picolé de chuchu".

São Paulo precisa começar a entender que não é dono do Brasil. Serra não tem o direito de criticar Minas Gerais, nem o seu Governador, nem a sua população. No final de 2007 e princípio de 2008, eu disse que havia uma campanha surda, feita por debaixo dos panos, orquestrada pela imprensa de São Paulo, com o objetivo de diminuir o prestígio de Aécio, para evitar que ele fosse candidato à Presidência da República. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós sabemos da capacidade de aglutinação do Governador Aécio Neves. Se fosse ele o candidato à Presidência da República, a situação das pesquisas seria um pouquinho diferente. Nós nos preocupamos com isso, porque, se o rumo dessa política não mudar e houver uma campanha plebiscitária entre a Dilma e o Serra, como conseguiremos fazer com que o povo mineiro vote em José Serra? Nem que o Aécio peça, de joelhos! Então, isso vai ser difícil, complicado. Serra espezinha Minas Gerais, ou melhor, atrapalhou a vida de Minas Gerais ao colocar toda a imprensa de São Paulo contra nosso Estado. Aliás, lembro-me muito bem daquela crise carcerária inventada por São Paulo. A imprensa de São Paulo tentou influenciar o povo com o intuito de denegrir a reputação do governo de Minas Gerais.

Os mineiros vão querer realmente votar em Aécio para Senador. Mas vai ser muito difícil aceitar o pedido de Aécio para votar em José Serra, porque não é José Serra, mas essa personalidade estranha e antipática aos meios políticos do Brasil e que agora insinua, por meio da imprensa, que o Governador de Minas teria restrições ao seu nome e não faria campanha em seu favor; porém hoje li, num jornal, uma declaração do Governador Aécio Neves de que iria rasgar a camisa em favor do José Serra. Então que ele o faça, a fim de manter a sua palavra, o seu companheirismo, a sua ligação partidária; que ele o faça, mas que também nos deixe o direito de fazer a nossa análise. Não aceito e não posso aceitar que São Paulo continue fazendo com Minas Gerais o que tem feito. Não posso aceitar isso. Se o povo mineiro entender diferente e não quiser acompanhar o candidato oficial do PSDB, que ninguém estranhe isso, pois há uma raiva, uma mágoa instalada no coração dos mineiros pelo fato de São Paulo ter impedido a candidatura de Aécio Neves à Presidência da República. E essa mágoa será difícil de ser tirada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou antecipando aqui um fato que poderá ocorrer. Não vejo nenhum de nós com vontade de dizer que teríamos um bom Presidente com José Serra. Não vejo ninguém, espontaneamente, dizer que gostaria de tê-lo como Presidente. Mas vejo o contrário, grande parcela da população sonhando, ansiando e desejando que Aécio seja Presidente. Embora todo dia ele diga na imprensa que não o é, que não quer ser e que sua posição é irreversível, penso que, para o bem do Brasil, nada é irreversível. Para o bem de Minas Gerais, nada é irreversível. Se formos chamados, temos de unir as forças de todos os partidos políticos para que Minas possa ter uma presença no Palácio do Planalto que não tem desde Juscelino Kubitschek. Ganhamos com Tancredo, mas não levamos, e entregamos para o Maranhão.

Sr. Presidente, a minha tese, a defesa que eu faço é que não se deve culpar o povo mineiro por não gostar de José Serra. Não se deve culpar ninguém, nenhum político, porque em verdade ele não deu nenhuma contribuição a Minas Gerais até hoje - nem no Parlamento, quando lá esteve, nem no processo político do Brasil. Estranha-me muito que o poder econômico de São Paulo, que domina os maiores jornais e onde estão as sedes das maiores empresas de televisão, ainda continue a insinuar que aquela fraca votação que Serra poderá ter em Minas Gerais seja culpa de nosso Governador. Não é verdade, Sr. Serra; não é verdade. O senhor conseguiu fazer com que todos os mineiros ficassem com raiva, com mágoa. O povo mineiro está magoado, sim, profundamente magoado. Podia-se muito bem permitir uma outra oportunidade. José

Serra, você foi candidato a Presidente da República, e, na segunda oportunidade, substituíram-no pelo Geraldo Alckmin, pois você ficou em cima do muro. E está em cima do muro até agora. Suponhamos que, no dia 2 de abril, ele renuncie e seja candidato. Tudo bem. Perdoe-me, Sr. Presidente, mas será difícil conseguir espaço para esse moço nas nossas Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, todos os que nos acompanham aqui, nesta Casa do povo mineiro, e os que nos assistem pela TV Assembleia, sempre que tenho oportunidade de iniciar meu pronunciamento na sequência das falas que o Deputado Getúlio Neiva nos traz, louvo e concordo, quase que rotineiramente, com esse grande e brilhante tribuno, e, mais do que isso, com esse homem público que tanto respeito.

Hoje, porém, concordo com a primeira fase de sua fala, sobre a nossa querida e sempre respeitável por todos os mineiros Teófilo Otôni, cidade-polo, orgulho de todos os mineiros e de qualquer cidadão. Por mais que, no calor das paixões futebolísticas ou de qualquer outra disputa, venha referir-se de maneira desrespeitosa àquela cidade, é de uma infelicidade tal que o mínimo que se pode fazer é desculpar-se. Mas isso sabemos que não afetará em nada, o brilho, a grandeza e o respeito que temos pela nossa querida Teófilo Otôni e por esse valoroso representante que ela tem aqui na Assembleia mineira.

Entretanto, a segunda parte de sua fala, Deputado Getúlio Neiva, traz também um pouco da paixão e do calor de um momento que antecede as disputas e que, naturalmente, afeta todos os mineiros, que temos o privilégio de ter entre nós, seguramente, um dos maiores, se não o maior, líder político contemporâneo de todos nós. O Governador Aécio Neves construiu uma história com seriedade e com responsabilidade. Teve, sim, alguns privilégios do destino, da vida, como, por exemplo, ter vindo de uma escola de homens tão sérios, como Tristão da Cunha, que tanto conhece aquele Norte, Aécio Cunha, filho de Tristão e pai de Aécio, e ter vindo também da descendência direta do nosso eterno Presidente Tancredo Neves.

Mas não é isso que o torna um brilhante Governador, mas exatamente a sua atitude, o seu comportamento, a sua história de vida. Portanto, hoje, com brilho próprio, é, sem dúvida, uma referência para Minas e para o Brasil. Isso, é claro, nos leva a um posicionamento até um pouco apaixonado. Obviamente todos sabem da minha história de ligação, de respeito, de convivência leal há mais de 25 anos com o Governador Aécio Neves. Não ousou falar de amizade, porque isso poderia ser algo pretensioso e poderia transcender os limites da ética, pois a um Governador, em primeiro lugar, devemos respeito. Um líder como Aécio Neves tem, de minha parte, sempre essa atitude de respeito.

Estive em Divinópolis coordenando a primeira campanha de Aécio e sempre estive a seu lado. Orgulho-me disso. Portanto, eu, como qualquer outro mineiro, talvez até um pouco mais, sinto o coração apertado por querer ver Aécio Presidente agora, com todo o vigor de sua competência administrativa comprovada em dois mandatos. Ainda assim, não posso concordar com esse sentimento, sob pena de afetar o nosso raciocínio e a nossa responsabilidade para com o Brasil - e isso é algo que comungo integralmente com o Deputado Getúlio Neiva. Temos um sentimento e uma responsabilidade para com o nosso país. Mais do que isso: com a essência do sentimento de Pátria e de Nação livre, que é a democracia. Para termos, com certeza, uma democracia que se fortaleça, o próprio processo da alternância no poder é saudável, é bom; não é imprescindível, mas é bom. Ele não pode ser dispensado.

Falaram em três mandatos para o Lula. Felizmente, ele próprio e outros tiveram o bom-senso de ver que isso não cabe em um País que está construindo a sua democracia. Isso seria um afronta, um estupro contra a democracia, um desrespeito ao povo brasileiro. Recuaram; no entanto começaram a construir uma candidatura do Lula, praticamente. Algo do Lula ou do PT, mas com alguns vieses autocráticos ou com uma linha de posicionamento de que a história é quem diz isso, que me preocupa profundamente.

Portanto, como brasileiro, continuo sendo admirador do Governador Aécio Neves, mas sou cidadão comprometido com nosso país. Sou membro do PSDB e tenho a convicção de que podemos e devemos ter algo muito melhor para o Brasil, algo que o Governador Aécio denominou de momento pós-Lula, não como se estivesse contra o Presidente, mas imaginando período após seu mandato. Seria avanço verdadeiro para nosso país em qualidade de gestão, em práticas democráticas, não permitir que o governo seja propriedade de um grupo ou de um partido político, com interesses deste ou daquele.

Sinto discordar de V. Exa., mas tenho de tratar desse assunto com muito vigor. O Governador José Serra é uma das referências em seriedade e competência no Brasil. Pode ser político um pouco diferente, porque não fica dando tapinhas a todo o momento, passando simpatia muito fisiológica. O Senador José Serra, o Governador José Serra, o ex-Prefeito José Serra, o Ministro da Saúde José Serra sempre foi assim. É até tido como um pouco carrancudo, sem distribuir muitos sorrisos. Mas será que não é hora justamente de o Brasil ter políticos sérios e íntegros? Isso é defeito? Será que queremos pessoa que se imporá a todos nós? Dizem que, para ganhar as eleições, criaram o "Lulinha Paz e Amor". Estão maquiando as palavras e o jeito da candidata, que começará a falar "uai", "trem" e "sô", para se relacionar com os mineiros. É disso que nosso povo precisa? Ou seria um governante sério, competente e capaz, que se preocupe menos em distribuir sorrisos e mais em mostrar resultados?

Fui a São Paulo há poucos dias, a serviço da Assembleia Legislativa, e perguntei sobre o Serra ao porteiro do hotel, ao taxista e ao dono da banca de jornal, enfim, a todos; a resposta foi praticamente unânime: "É grande Governador, motivo de orgulho para os paulistas". Curiosamente, em Minas, embora tenhamos esta paixão que nos move, indiferentemente de partido, de querer ver o Aécio Presidente agora, quando se pesquisa sobre o José Serra, que ainda não se lançou candidato, parece que é pecado. Na verdade, ele é o único que está respeitando a regra do jogo, é o único que está respeitando a lei, que estabelece que ninguém pode posicionar-se como candidato neste momento. Ele está sendo prudente, porque está no seu primeiro mandato. Se Aécio estivesse no seu primeiro mandato, seria praticamente impossível no ano passado, antes da metade do seu mandato, anunciar que seria candidato a Presidente. Obviamente, o José Serra tem suas razões, e temos de compreendê-las. Isso não tira seus méritos, suas virtudes e qualidades. O Governador Aécio Neves tem dito isto, ou seja, que o José Serra é grande Governador. Não temos dúvida de que é homem preparado para fazer grande governo no Brasil. Queremos o Aécio, mas, se não for possível, não diremos que a culpa foi do Serra. Isso retrata um pouco a paixão dos mineiros. V. Exa. é homem extremamente sério e correto. Assim como as ressacas se curam, na vida pública o mal-estar, a sensação de que não fomos atendidos logo passa, e então enxergamos o que é melhor para o Brasil.

Restam-me poucos minutos, Sr. Presidente, mas gostaria de me referir ao assunto que me trouxe à tribuna nesta tarde. Receberemos com alegria, amanhã, quinta-feira, em Divinópolis, nosso querido Governador, Aécio Neves, o Vice-Governador, Prof. Anastasia, e alguns membros da equipe do governo, que mais uma vez irão ao Centro-Oeste mineiro não apenas para inaugurar importantes obras feitas com recursos do Estado, como, por exemplo, a modernização do aeroporto dessa cidade, um dos melhores de todo o Estado, que servirá a toda a região, gerando desenvolvimento e atraindo empresas e riquezas ao nosso querido Centro-Oeste mineiro, não somente a Divinópolis.

Inaugura o aeroporto e, já atendendo a nosso pedido, autoriza um convênio para construir um moderno terminal de passageiros, porque as obras que se realizaram foram de modernização da pista, iluminação para pouso, serviços de segurança para voo. Na verdade, são investimentos muito significativos, mas ainda é necessário o terminal de passageiros. Fizemos essa solicitação ao Governador em audiência nesta semana, e ele irá autorizar. Então, mais do que isso, o Governador não só lançará a pedra fundamental, mas autorizará o início da obra tão sonhada por todo o Centro-Oeste e Divinópolis, o nosso hospital público - aliás, uma obra de R\$40.000.000,00, R\$36.000.000,00. O Governador estará em Divinópolis assegurando a parte do dinheiro público e autorizando, ao lado do Prefeito Vladimir, o início da construção desse hospital. Na verdade, não só atenderá a Divinópolis, mas também beneficiará todas as cidades que se localizam ali perto que dependem dessa cidade para internações e situações mais complexas, que hoje são um verdadeiro pesadelo.

Já encerro, Sr. Presidente, dizendo que, na oportunidade, fizemos a nossa reivindicação ao Governador, que estará autorizando a licitação e a obra para obtermos a sede da Superintendência Regional de Ensino, a fim de melhorarmos a estrutura da educação no Centro-Oeste mineiro. Aliás, estará autorizando várias outras obras. Destaco uma verba que será recorde na história de Divinópolis: R\$6.000.000,00 para a infraestrutura em parceria com a Prefeitura, melhorando os acessos viários e as condições de atendimento à periferia da cidade e aos bairros mais carentes. Enfim, o nosso trabalho e a nossa luta ao lado do Prefeito Vladimir e das lideranças da região está dando frutos. Tenho a certeza de que outros frutos virão. Ontem, por exemplo, levava uma reivindicação minha e do Deputado Neider Moreira quanto à construção de um estabelecimento penal em Itaúna para retirar o cadeião do Centro da cidade. Tenho a certeza de que conseguiremos, assim como conseguiremos, se Deus quiser!, ampliar o hospital de Itaúna.

Ainda temos muito trabalho pela frente, mas muito a comemorar. O nosso trabalho está dando resultado por meio da comunidade liderada por este grande Governador, Aécio Neves, e pelo Prof. Anastasia, nosso grande Vice-Governador - aliás, Governador nos próximos dias. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembleia, queremos, nesta tarde, propor novamente uma discussão. Faremos um relato de algumas andanças pelo nosso sertão do Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha.

Em cada uma dessas cidades por onde passamos, a cobrança primeira e permanente é pela execução do programa Luz para Todos. Tenho sido aqui um incansável batalhador, um defensor, manifestando sempre a preocupação com todo o interior de Minas, principalmente com essa nossa ampla região do sertão mineiro - os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, o Norte e Noroeste de Minas -, ainda muito pouco contemplado no programa Luz para Todos.

Estamos assistindo cotidianamente a uma propaganda do governo estadual, na verdade muito bem feita, muito bonita, que realmente demonstra a felicidade, o contentamento das pessoas que moram no meio rural quando têm à sua disposição a energia elétrica. Essa mesma propaganda anuncia que, até o final deste ano, serão atendidos todos os cadastrados no programa no Estado. Mas, pelo andar da carruagem e pelas informações que temos, porque acompanhamos muito de perto esse programa, isso não é verdade. Infelizmente terminaremos este ano com um déficit ainda grande, pelos cálculos que tenho feito, superiores a 50 mil pessoas cadastradas no programa. Essas pessoas não serão atendidas. O programa está extremamente lento na nossa região, em várias cidades as empreiteiras contratadas desistiram do trabalho, não estão operando, não estão trabalhando, e a cobrança continua intensa.

Portanto, mais uma vez, deixo registrado o nosso apelo para que o governo do Estado provoque a Cemig, a fim de que ela acelere as ligações do programa Luz para Todos no interior. Não é mais preciso dizer da importância desse programa para promover o desenvolvimento nas regiões do interior do Estado, porque isso é de conhecimento público, é sabido de todos. É fundamental que retiremos da pauta essa demanda da nossa sociedade.

Sr. Presidente, quero fazer rapidamente aqui alguns registros das viagens que fiz do final do mês de fevereiro até esse final de semana. No dia 26, na verdade, eu estava em minha cidade natal, Paracatu, comemorando, celebrando com a comunidade uma grande conquista. Inauguramos oficialmente o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Paracatu, ligado ao câmpus, à reitoria do Triângulo Mineiro, que tem sede em Uberaba. Foi uma grande conquista, que merece realmente ser celebrada, porque é a primeira unidade de ensino federal que se instala na região Noroeste. Trabalhamos muito por isso. Na verdade, Sr. Presidente, conseguimos aumentar a meta do governo do Estado, que era um único instituto federal de educação para cada cidade-polo no interior do Brasil. Receberíamos apenas um instituto federal em nossa região. Mas lutamos muito, justificando que a região era imensa, muito vasta, que não tinha nenhuma unidade educacional federal até então e que merecíamos dois: um localizado, segundo nossa proposição, na Bacia do Rio Urucuia, na cidade de Arinos, para fazer jus a todo um esforço de desenvolvimento local e regional em curso nessa Bacia; e outro na Bacia do Rio Paracatu, que acabou sendo localizado em Paracatu - nós o inauguramos no último dia 26. Portanto esperamos que toda a comunidade regional, de posse dessas informações, organize-se para aproveitar ao máximo essa grande oportunidade. Além dos cursos técnicos que já estão funcionando há dois anos, tanto em Paracatu quanto em Arinos, brevemente ocorrerá a oferta dos cursos superiores.

Inicialmente, no segundo semestre, começarão os cursos na modalidade de ensino à distância, com a Universidade Aberta do Brasil, oferecendo os cursos de licenciatura. Em Paracatu serão oferecidos sete cursos de licenciatura na modalidade de ensino à distância, e o vestibular será no meio do ano, quando também inauguraremos o Instituto Federal de Educação de Arinos.

Celebramos, com muito prazer, essa vitória, pois trabalhamos muito. Gostaria de citar os parceiros: Prefeitura Municipal de Paracatu, que se dedicou muito e cumpriu seu papel com maestria; a Finom, que desde o primeiro momento, há dois anos, cedeu suas instalações para acolher os alunos do Instituto Federal de Educação provisoriamente, até a inauguração; a Rio Paracatu Mineração e a Votorantim, parceiras significativas; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Apae e muitos outros da comunidade que participaram.

Portanto, os nossos agradecimentos a todos, tendo certeza de que esse centro educacional cumprirá seu papel de formar mão de obra qualificada para induzir o desenvolvimento sustentável do Noroeste de Minas nas Bacias do Rio Paracatu e do Rio Urucuia, dois contribuintes importantíssimos do Rio São Francisco, esse grande rio da integração nacional.

No dia 1º, participamos, em Guarda-Mor e em Bonfinópolis de Minas, da comemoração do aniversário dessas cidades. No mesmo dia, as cidades de Arinos e Buritití estavam fazendo 47 anos. Registramos e saudamos a comunidade desses Municípios. Agradecemos, de maneira especial, ao povo de Bonfinópolis de Minas, que, por intermédio de seus Vereadores, concedeu-nos o título de cidadania honorária da cidade. Ficamos imensamente felizes. Parabenizamos e agradecemos o Prefeito de Bonfinópolis, Pe. Luiz, do PT, e toda a comunidade, que, com esse gesto, aproxima e fortalece os laços de compromisso e participação naquela comunidade. E cumprimentamos também os Prefeitos Gilmar, de Guarda-Mor; Kenny, de Buritití; e Carlos Alberto, de Arinos, pelo aniversário de 47 anos dessas cidades.

No dia 5, estivemos em Lagoa Grande, com o Deputado Federal Gilmar Machado, fazendo a entrega de três tratores e inaugurando três praças. Tivemos oportunidade de reunir e encontrar muitos trabalhadores lutadores da reforma agrária assentados, que efetivamente contribuem com o desenvolvimento da localidade. Lagoa Grande é um dos maiores produtores de leite da nossa região, e uma parcela substantiva dessa produção vem dos assentamentos de reforma agrária. Costumo dizer que, no Município de Lagoa Grande, sob a liderança da Vereadora Maria Rosária, temos uma excelente experiência de reforma agrária, onde todos os assentamentos são exemplo de produção. Portanto, nosso abraço e nossos parabéns aos assentados da reforma agrária de Lagoa Grande.

No dia 6, fomos a Diamantina, para a comemoração de seus 172 anos. Gostaríamos de parabenizar o Prefeito, Pe. Gê, pelo belíssimo trabalho que vem fazendo. Tive oportunidade de andar pela cidade, da qual gosto muito e sinto grande afinidade com a arquitetura e o clima de cultura muito intenso que se respira ali, e pude constatar, entre os populares, a satisfação da comunidade e a crença firme de que Diamantina mudou.

Está em curso na cidade uma transformação profunda no campo das liberdades e da democracia, principalmente com a valorização das ações de cunho social e de promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade. Nossos abraços à população de Diamantina, a todas as

lideranças comunitárias e aos gestores públicos com os quais nos reunimos nessa comunidade por ocasião dos seus 172 anos. Gostaríamos também de registrar que no dia 7, último domingo, saímos de Diamantina e fomos a Couto de Magalhães, onde nos reunimos com lideranças comunitárias e dirigentes da Amacouto, Associação dos Moradores e Amigos de Couto de Magalhães, que desenvolve um trabalho importante de mobilização comunitária. Também nos reunimos com lideranças do PT, como os ex-candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, que estão preparados para participar de novo pleito eleitoral, uma vez que na semana o TRE de Minas Gerais cassou os mandatos dos atuais Prefeito e Vice-Prefeito, Márcio David de Freitas, do DEM, e José Eduardo de Paulo Rabelo, por abuso de poder econômico durante a realização do último pleito. Vamos continuar participantes em Couto de Magalhães, dando todo o suporte para que as próximas eleições sejam regulares, lícitas e contemplem efetivamente os anseios da comunidade. Aproveito para cumprimentar o Marquinho, o Gilmar e toda a turma de Couto de Magalhães.

Nessa ocasião, tivemos oportunidade de conhecer também diversas lideranças de Felício dos Santos. Nossa maior satisfação é que um movimento social amplo, iniciado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, estrutura-se naquela comunidade para reivindicar, como em Couto de Magalhães, mudanças na condução do Município. Isso, partindo de uma profunda e intensa mobilização social. Deixo, portanto, um abraço ao pessoal de Felício dos Santos, dizendo que brevemente estaremos reunidos com essa comunidade.

Já no dia 8, passamos por Três Marias, onde recebemos convite da Vereadora Thaís e do Vereador Tião Leal, ambos do PT, para participar de uma plenária em comemoração do Dia Internacional da Mulher. Atendendo a esse convite, fizemos uma palestra em que abordamos um tema de que gosto muito, a questão do feminino, o que me deixou muito agradecido pela oportunidade. Acho que o Dia Internacional da Mulher nos leva a abordar, muito além das questões de gênero, pertinentes e legítimas, que devem ser sempre colocadas, a questão do feminino como uma dimensão humana, presente na mulher e também no homem e que diz respeito a valores como o cuidado, o carinho, a atenção e, por que não dizer, o amor, valores que precisam ser cada vez mais presentes nas relações humanas, para que nossa sociedade seja mais acolhedora e generosa e, portanto, justa, pacífica e igualitária.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que vou amanhã a Brasília, onde vou participar da abertura da 2ª Conferência Nacional de Cultura, que se realizará do dia 11 ao dia 14, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21. Já se realizaram diversas conferências, nas áreas de educação, saúde e assistência social, que criaram um marco regulatório para essas áreas importantíssimas. Agora, nossa proposta é realmente criarmos um marco regulatório para a área da cultura, principalmente definindo os percentuais de investimento em cada uma das esferas: 2% na esfera federal, 1,5% nas esferas estaduais e 1% nos Municípios.

O Brasil está se desenvolvendo e melhorando as oportunidades de vida do povo brasileiro, e é fundamental que avancemos e demos um passo concreto na direção de se ofertar cultura de qualidade ao nosso povo. Isso é essencial para a qualidade de vida da nossa gente. Muito obrigado, Sr. Presidente, e um grande abraço.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente Deputado Almir Paraca, antes de iniciar a minha fala, gostaria de lembrar que estamos recebendo aqui o Sr. Francisco, Presidente da Associação da Polícia Civil. Estamos também aguardando, solicitando e conversando com o Anastasia e com o próprio Governador sobre o envio do projeto de lei complementar da Polícia Civil. Continuaremos atentos, assim como o Bloco PMDB-PT-PCdoB.

Caro Presidente, sou obrigado a dar continuação a minha fala e, é claro, com o tempo regulamentar, para justificar o simpático "retruque" que me foi feito pelo nosso querido companheiro Deputado Domingos Sávio.

Acredito que política é coisa que deve ser cerebral, mas também emocional. Não pode ser apenas cerebral, pois política envolve pessoas, que têm sentimentos. Não podemos trabalhar em política apenas como em matemática, em física ou em ciências exatas. A política mexe com o que há de mais profundo na humanização das pessoas. O meu desabafo diz respeito exatamente a esta questão: por que Minas Gerais não consegue eleger um Presidente da República desde a época de Juscelino Kubitschek? Quem viu Aécio Neves assumir o governo de Minas num momento de dificuldade, em que a dívida do Estado crescia R\$300.000.000,00 ao mês, e, com um déficit de caixa nesse valor, restabelecer e reorganizar as finanças e partir, neste ano de 2010, para investimentos da ordem de R\$9.000.000.000,00? Vocês entenderão mais ou menos o que estou falando. Governar São Paulo é muito fácil, pois 48% do PIB está lá, ou seja, 48% de tudo o que se arrecada em todo o País. É fácil governar com muito dinheiro. Minas, ao contrário, com os seus 853 Municípios, com 40% de sua população localizados nas regiões mais pobres do Brasil, como as do Nordeste, do Norte e do Noroeste, vive com muita pobreza, assim como 40% do território brasileiro. Apesar do esforço do Governador do Estado, que vem dotando a nossa região - para cada real aplicado no Triângulo, no Sul ou no Centro-Oeste, aplicam-se R\$2,00 na nossa região -, temos muito a palmilhar e trilhar.

São Paulo é um outro país, com outra renda "per capita" e outro horizonte. Entretanto, São Paulo continuar dominando o Brasil é outra história. Onde está a sede do PMDB? Em São Paulo. Onde está a sede do PSDB? Em São Paulo. Onde está a sede do PT? Em São Paulo. Onde se tomam as decisões nacionais? Em São Paulo, e não, em Brasília. Eles começam as conversas em Brasília, mas fecham os negócios em São Paulo.

A minha preocupação é que Minas Gerais está, há muito tempo, longe do Palácio do Planalto. Não coloco aqui a questão partidária, pois o meu partido é outro, não sou do partido do Governador. De forma firme, coloco aqui o abuso, a forma como se manipulou a opinião pública do Brasil a partir das grandes empresas de comunicação, cujas sedes são também em São Paulo. As sedes de todos os grandes jornais e de todas as grandes emissoras de televisão são em São Paulo. Então, São Paulo continua mandando no Brasil.

Entendo que Minas tem uma ótica diferenciada com relação ao Brasil. Somos um Estado símbolo, que conhece as realidades de todo o País. Temos o Nordeste e o Norte dentro de Minas Gerais. Temos o Sul do Brasil no Sul de Minas. Sabemos entender e compreender o Brasil como um todo. Aqui, em Minas, nasce uma liderança expressiva como a de Aécio Neves. Lamentavelmente, manipula-se de tal forma que se impede a candidatura praticamente natural de um Governador exitoso e competente, que poderia levar Minas a um destino muito melhor.

Um Governador que não falava contra Lula, pelo contrário, sempre foi seu amigo e o apoiou. Todo o mundo conhece a história do "Lulécio". Sr. Presidente, lamentavelmente, estamos hoje numa situação de quase impossibilidade, a não ser que haja uma revolução sadia, uma nova inconfidência partidária e política a fim de fazer voltar à baila a candidatura de Aécio Neves nas negociações e no noticiário nacional.

A minha preocupação é com a situação em que se encontra o Brasil hoje, após a sequência administrativa exitosa que começou com a reforma feita por Collor de Mello, a internacionalização da economia, a globalização da bolsa de valores, a abertura dos portos, a modernização da indústria a partir da crítica às "carroças"; passou por Itamar Franco, que criou a URV e o real; e chegou a Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu uma política de contenção, enfrentou três crises internacionais e conseguiu manter o País ainda com taxa de crescimento positiva, embora pequena; e a Lula, que pegou o País numa situação maravilhosa. Com a economia mundial crescendo, as instituições todas funcionando, o sistema econômico e financeiro organizado e, claro, com seu charme pessoal e competência, Lula nadou de braçada e hoje tem mais de 70% de aprovação da população brasileira.

Tivemos tudo isso. E depois de Lula? O que acontecerá no pós-Lula? Sabemos muito bem o que está acontecendo. Quem estuda um pouco, lê

um pouco e se aprofunda mais um pouco percebe que, em 2011, temos tudo para termos um apagão elétrico, um apagão rodoviário, um apagão aeroviário, um apagão portuário. E o Brasil, lamentavelmente, com o próximo Presidente, seja ele quem for, não poderá crescer a taxas superiores a 3%, porque, se crescer, explode - ou melhor, implode. Não há energia elétrica suficiente para um crescimento superior a 3%. Não sou só eu que falo isso: consultem todos os economistas. Não há como crescer mais de 3% sem explodir o setor elétrico; não há rodovias para o transporte de mercadorias; não há ferrovias para o transporte dos minérios, especialmente na nossa região, que está começando agora a exploração mineral; não há aeroportos, voos, portos. Está tudo estrangulado. Em 2011 pipoca tudo. Qual foi a grande habilidade da equipe econômica do governo Lula? Fazer crescer, mas não deixar crescer muito; segurar, porque, se crescer demais, apaga. Estamos numa situação truncada.

Entendemos que, para resolver esse problema, Aécio seria o nome. E, lamentavelmente, o bairrismo de São Paulo não permitiu que isso acontecesse. Sr. Presidente, penso que Fernando Henrique Cardoso tem grande parte da culpa pelo fato de o Aécio não ter sido indicado candidato a Presidente da República, pois dissimulou, fez de conta, desconversou, vetou o nome de Aécio Neves. A minha fala é de indignação, mesmo. Não estou fazendo a parte racional, cerebral, da política, não. Como mineiro, estou falando emocionado. Quem assistiu - eu era jovem, rapazinho - à explosão de crescimento econômico que tivemos no governo Juscelino Kubitschek? Muita gente vai ao prédio da Cemig e não vê na placa o nome da pessoa que criou essa empresa. Mas quem sobe ao gabinete do Presidente vê lá um bilhete de Juscelino Kubitschek mandando um aviso para duas pessoas do governo preparar uma "holding" para fazer funcionar o sistema elétrico, senão Minas Gerais não poderia crescer; era preciso montar uma estrutura hidrelétrica em Minas para que o Estado pudesse crescer.

Minas Gerais possui um potencial de crescimento fantástico. É o Estado-síntese da nação brasileira. A minha oração é justamente para lamentar, deixar registrado para o Estado o meu lamento, o meu questionamento. Falei isso com o Deputado Domingos Sávio, mas ele disse que não há mais tempo. Há tempo. Se as pessoas quiserem, há tempo; há tempo de rever as posições, de reconhecer o equívoco da política nacional em impor um café requentado, como José Serra, que é um cidadão inócuo, anódino, sem cheiro e sem brilho para candidato a Presidente do Brasil, no lugar dessa figura fantástica, carismática e tão querida que é o nosso Governador. Repito - talvez muitas pessoas não saibam -, meu pai foi adversário de Tristão da Cunha e de Aécio Cunha. Peguei o barco andando e fui adversário de Aécio Cunha e de Aécio Neves, até o dia em que ele tornou-se candidato a Governador. Como adversário eterno das famílias Cunha e Neves, embarquei na candidatura de Tancredo em 1982, e agora, recentemente, na candidatura de Aécio Neves, por entender que existem momentos em que o partido não pode ser maior que os interesses nacionais, não pode se sobrepor à vontade geral da Nação.

Neste instante registro, Sr. Presidente, o meu lamento e a minha preocupação. Gostaria que Minas tivesse, como na década de 50, a TV Itacolomi, que brigava e era uma das mais importantes do País, e o jornal "Estado de Minas", com 150 mil exemplares. Minas tinha o controle das finanças do País, financiava a indústria de São Paulo. Todos os grandes bancos eram de Minas Gerais. Este Estado já teve destaque na política, na economia e nas finanças e não tem mais. Por quê? Porque São Paulo tomou conta do País, domina o Brasil; permitiu-se que, ao longo desse tempo, desde JK, os nordestinos e os nortistas continuassem na miséria, permitiu-se que São Paulo continuasse crescendo, chegando a ter 66% do PIB do País. Hoje, graças a Deus, as políticas sociais adotadas pelos governantes dos vários Estados contribuíram para que houvesse melhora de qualidade de vida e recuperação do poder de compra, de tal sorte que hoje São Paulo detém 48% - quase a metade - do PIB nacional. Mas continuaremos subjugados a isso?

Essa é minha preocupação: será que isso é interessante para o Brasil? Será que no PMDB, meu partido, não tem homem, não? Por que não adota a candidatura do Requião, que já manifestou que quer ser candidato? Por que os vários partidos não lançam candidatos para tentarmos ver, no segundo turno, o que acontece? Por que impedir candidatura, boicotar candidatura, não deixar que o País ande para frente? Minha preocupação, Sr. Presidente, tem razão de ser. Todos os economistas, todas as empresas de consultoria econômica e política hão de confirmar o que estou dizendo: se não houver governo forte, determinado, decidido, com visão global de um estadista, o Brasil, em 2011, vai começar a assistir a "apagões" elétricos, rodoviários, hidroviários, portuários e aéreos. Já se esgotaram todas essas áreas da infraestrutura, e o PAC empacou, não consegue sair do lugar. Já estão falando do PAC 2 antes de o PAC 1 chegar à metade, ou seja, antes de gastarem a metade do dinheiro do PAC 1, já estão anunciando o PAC 2.

Lamento, Sr. Presidente, termos que conviver com essa situação. Encerrarei meu discurso dizendo aos mineiros: aqui fala um cidadão que se preocupa com sua pátria. Gostaria que esses homens que hoje ocupam posições nos vários partidos do Brasil ou que ocupam posição de destaque na vida nacional pensassem um pouquinho mais, como estou pensando agora, como cidadão e como brasileiro, na pátria brasileira. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/3/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Tereza Cristina Barbosa da Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Claudiney Palma para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

nomeando Tereza Cristina Barbosa da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Carlos Alberto Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

exonerando Thelma Christina Soares do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Oswaldo Rodrigues Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Thelma Christina Soares para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

exonerando Andréia de Fátima Gonçalves Quintão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Nathália Moraes Lampert para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ethelka Vidal Assad Furtado de Carvalho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência;

exonerando Eustaquio Francisco Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Carlos Antônio dos Santos Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência;

nomeando Douglas Antonio Machado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Leonice Martins Dutra Borges para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Silas da Silva Leocade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no artigo 40, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 1º/2/10, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, o servidor Adalberto Marques Rodrigues, CPF 308.954.216-15, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/3/10, o servidor José Francisco da Cruz, CPF nº 565.332.848-00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 30/3/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade o fornecimento de "software" de "backup" corporativo "EMC Networker Network Edition for Windows".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de março de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda. Objeto: fornecimento, treinamento e implantação assistida do sistema de rede sem fio ("wireless"), conforme especificações técnicas mínimas, de acordo com o Anexo IV do edital. Vigência: 12 meses. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009.3.3.90.39 (10.1) e 1011.01.122.701-2.009.4.4.90.52 (10.1) Licitação: P.L. nº 44/2009 - P.E. nº 42/2009.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Comunitária dos Moradores dos Bandeirantes. Objeto: doação de dois microcomputadores da marca Microtec, com os registros nºs 021.344 e 021.346, declarados inservíveis pela contratante e avaliados conjuntamente em R\$500,00. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Carandaí. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA,
EM 11/2/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/2/2010, na pág. 36, col. 2, na 16ª e na 17ª linhas, onde se lê:

"em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados", leia-se:

"com a participação da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados".